

PROC. TRT DC-36/89

03/89

11/10/90



JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO

PERNAMBUCO

PROC. N.º TRT DC - 36/89

CONCILIADO
PLENO

DISSÍDIO COLETIVO

DISTRIBUIÇÃO

Suscitante SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDUSTRIAS DE RA-
NIFICAÇÃO E CONFETARIA, TRIGO, MILHO, SOJA, MANDIOCA,
MOAGEM DE CAFÉ, INDÚSTRIA DE MASSAS ALIMENTÍCIAS
E BISCOITOS NO ESTADO DE ALAGOAS.

Adv: Lindalvo Paiva Cavalcante

Suscitado(s) SINDICATO DA INDÚSTRIA DO TRIGO-MILHO TORREFACÇÃO
E MOAGEM DE CAFÉ DE MACEIÓ.

Adv: Djailma Mendonça Maia Nobre

Procedência MACEIÓ -AL

RELATOR JUIZ FRANCISCO FAUSTO

REVISOR

ART. 5º REG. INTERNO-SEM REVISOR-

AUTUAÇÃO

Aos 28 dias do mês de abril
de 1989, nesta cidade de Recife

autuou a DISSÍDIO COLETIVO q. se segue

Diretora do Serviço de Cadastro Processual

31

JULGADO EM
23.06.89

Recebu judicial. 17.05.89

02
TAM

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE PANIFICAÇÃO E CONFEITARIA

Trigo, Milho, Soja, Mandioca, Moagem de Café, Ind. de Massas Alimentícias e Biscoitos no Est. de Alagoas

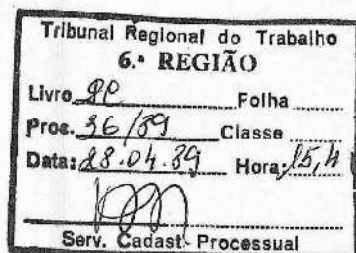
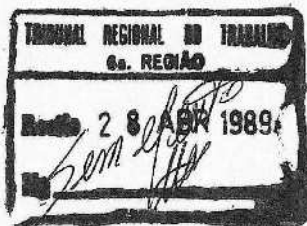
Fundado: em 09/10/1931

C G C 12321329/0001.33

Av. Moreira Lima, 629 - Centro - Fone 223-2710

Maceió - Alagoas

Exmo. Sr. Presidente do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da 6ª
Região - Recife - Pernambuco



O SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE PANIFICAÇÃO E CONFEITARIA, Trigo, Milho, Soja, Mandioca, Moagem de Café, Ind. de Massas Alimentícias e Biscoitos no Estado de Alagoas, com sede à Av. Moreira Lima, 629, centro, em Maceió - Alagoas, representado pelo seu presidente, Sr. Aurélio Cavalcante Vieira, por seu procurador, infra-assinado, advogado, inscrito na OAB/AL n. 1.275, constituído nos termos da procuração junta e com endereço profissional na Av. Moreira Lima, 629, centro, em Maceió-Al., vem perante V. Exa. requerer a instauração de DISSÍDIO COLETIVO contra o SINDICATO DA INDÚSTRIA DO TRIGO - MILHO TORREFAÇÃO E MOAGEM DE CAFÉ DE MACEIÓ, com sede à Av. Fernandes Lima, 385, 5º andar, Farol, Edf. CASA DA INDÚSTRIA, em Maceió, Alagoas, pelos fatos e fundamentos como a seguir passa a expender:

I -

O Sindicato suscitante, que tem a sua base em 1º/05, ficou impossibilitado de celebrar a CONVENÇÃO COLETIVA, para vigor de 1º de maio de 1989 a 30 de abril de 1990, por falta de interesse visivelmente demonstrado pelo suscitado, pois, com fins meramente protelatórios, preferiu obstar a realização das reuniões de negociação, como prova a certidão acostada expedida pela DRT em Alagoas.

[illegible]

03
Tm

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE PANIFICAÇÃO E CONFEITARIA

Trigo, Milho, Soja, Mandioca, Moagem de Café, Ind. de Massas Alimentícias e Biscoitos no Est. de Alagoas

Fundado: em 09/10/1931

— C G C 12321329/0001-33

Av. Moreira Lima, 629 - Centro - Fone 223-2710

Maceió - Alagoas

II - Dessa forma, não se processando a revisão nos vencimentos dos integrantes da categoria representada pelo suscitante, fica beneficiada a categoria econômica, representada pelo suscitado, em detrimento da classe obreira.

Os estipendiários não têm como suportar a perda salarial, apurada no período, calculada à base da inflação acumulada que ultrapassa o limite das antecipações aplicadas aos salários.

III - Porisso, os associados do requefente, reunidos em assembléia geral, regularmente processada, decidiram pleitear aumento salarial, nas seguintes proporções:

a) - 53,31% (cinquenta e três inteiros e trinta e um centésimos por cento), correspondente à perda salarial, apurada no período, conforme a planilha que segue anexa;

b) - 26,05% (vinte e seis inteiros e cinco centésimos por cento), referente ao índice de variação da URP de fevereiro/89, por se tratar de direito adquirido, vez que corresponde à média da inflação apurada nos meses de setembro, outubro e novembro de 1988, na forma do § 1º, do art. 3º, do Decreto-Lei nº 2.335, de 12.06.87, cuja aplicação da taxa, para o mês de fevereiro, foi disciplinada pelo Ministério da Fazenda através da Portaria nº 354, de 30.11.88;

c) - 13,84% (treze inteiros e oitenta e quatro centésimos por cento), a título de aumento real, para possibilitar a recuperação do poder de compra;



SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE PANIFICAÇÃO E CONFEITARIA

Trigo, Milho, Soja, Mandioca, Moagem de Café, Ind. de Massas Alimentícias e Biscoitos no Est. de Alagoas

Fundado: em 09/10/1931

CGC 12321329/0001.33

Av. Moreira Lima, 629 - Centro - Fone 223-2710

Maceió - Alagoas

d) - base de cálculo: $1.5331 \times 1.2605 \times 1.1384 = 120\%$ (cento e vinte por cento), percentual a ser aplicado sobre os salários de abril/89.

IV - Pretende ainda o suscitante, para que os salários dos seus associados se aproximem da realidade do momento, o seguinte:

1) - que, sejam os salários dos trabalhadores, a partir do primeiro ^{mês} de cumprimento da norma coletiva, acrescidos de 10% (dez por cento) sobre os índices estabelecidos pela política salarial do Estado;

2) - que, a título de produtividade, sejam igualmente os salários aumentados de 15% (quinze por cento);

3) - que, nos termos da proposta de convenção que passa a integrar o pedido, como ANEXO, fiquem as empresas associadas do suscitado obrigadas ao cumprimento de suas cláusulas, inclusive as que tratam dos descontos em favor do Sindicato suscitante, às obras sociais, nas condições como adiante se vê:

1.1 - Dos sindicalizados, a título de contribuição social, as empresas descontarão, mensalmente, o equivalente a 2% (dois por cento) dos seus salários;

1.2 - dos não sindicalizados, a título de taxa assistencial, as empresas descontarão, no mês em que os salários venham a ser reajustados, o equivalente a 1 (um) dia de trabalho incidente sobre o expediente normal.

(vale a entrelinha)



SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE PANIFICAÇÃO E CONFEITARIA

Trigo, Milho, Soja, Mandioca, Moagem de Café, Ind. de Massas Alimentícias e Biscoitos no Est. de Alagoas

Fundado: em 09/10/1931

CGC 12321329/0001-33

Av. Moreira Lima, 629 - Centro - Fone 223-2710

Maceió - Alagoas

V -

Que, a percentagem de aumento, a que se refere o ítem III, letra "d", e as cláusulas alinhadas no ítem IV, além das demais constantes do ANEXO, servem de base à conciliação.

Assim, para instruir o pedido, o suscitante a ele faz acostar os documentos exigidos pela Legislação pertinente.

Pelo exposto, e nos termos dos arts. 856 e seguintes da CLT, o suscitante vem requerer a V. Exa. se digne admitir a instauração do presente dissídio para determinar a notificação do suscitado, prosseguindo-se na forma da lei e julgando-se, a final, procedente o pedido.

Nestes termos

Pede deferimento.

Recife, Pe., 28 de abril de 1989

Bel. Lindalvo Paiva Cavalcante

Advogado - OAB/AL 1.275

(-Dr. Paiva).

06

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE PANIFICAÇÃO E CONFEITARIA

Trigo, Milho, Soja, Mandioca, Moagem de Café, Ind. de Massas Alimentícias e Biscoitos no Est. de Alagoas

Fundado: em 09/10/1981

— C G C 12321329/0001-33

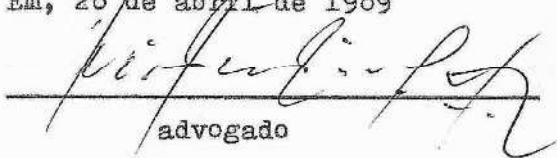
Av. Moreira Lima, 629 - Centro - Fone 223-2710

Maceió - Alagoas

RELAÇÃO DOS DOCUMENTOS QUE ACOMPANHAM O PEDIDO

- 01 - Instrumento de procuração;
- 02 - exemplar do D.O., de 14.03.89, que publicou o edital de convocação da assembléia que autorizou a propositura do dissídio;
- 03 - cópia da ata, acompanhada da relação dos associados que compareceram à assembléia;
- 04 - cópia da petição, destinada à notificação do suscitado, com a proposta da convenção atual - o ANEXO -;
- 05 - cópia da convenção anterior;
- 06 - certidão expedida pela DRT em Alagoas;
- 07 - planilha de cálculo que apura a inflação do período e apresenta o percentual da perda salarial.

Em, 28 de abril de 1989


advogado

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE PANIFICAÇÃO E CONFEITARIA ²⁷ *DM*

Trigo, Milho, Soja, Mandioca, Moagem de Café, Ind. de Massas Alimentícias e Biscoitos no Est. de Alagoas

Fundado: em 09/10/1931

C.G.C. 12321329/0001.33

Av. Moreira Lima, 629 - Centro - Fone 223-2710

Maceió - Alagoas

Anexo

Convenção Coletiva de Trabalho que entre si fazem de um lado o Sindicato "dos Trabalhadores nas Indústrias de "Panificação e Confeitaria, Trigo, "Milho, Soja, Mandioca, Moagem de Café Ind. de Massas Alimentícias e Biscoitos no Estado de Alagoas, estabelecido na Av. Moreira Lima 629, centro, e do outro lado o Sindicato da Ind. de "Trigo, Milho, Torrefação e Moagem de "Café de Maceió, estabelecido Av. Fernandes Lima 385, Farol- Maceió, nos "termos seguintes do § 1º do art. 611" da C L T.

Pelo presente instrumento particular o Sindicato dos Trab. nas "Indústrias de Panificação e Confeitaria, Trigo, Milho, Soja, Mandioca, Moagem de Café, Indústrias de Massas Alimentícias, Biscoitos no Estado de "Alagoas, e do outro lado o Sindicato da Indústria do Trigo, Milho, Torrefação e Moagem de Café de Maceió, ambos neste ato representados por seus Presidentes infra firmado, têm justos e convencionados nos termos do artigo "611 da Consolidação das Leis do Trabalho estipular as condições de trabalho abaixo:

TÍTULO I

Do Salário e da Remuneração

- 1ª- Fica acordado que os empregadores, acrescentarão no salário de seus empregados um percentual de 120%, sobre os salários de abril de 1989, a vigorar a partir de maio de 89, a 30 de abril de 90.
- 2ª- Fica acordado que os empregadores acrescentarão uma taxa de 10%, acima de qualquer acréscimo determinado pelo governo.
- 3ª- Fica concedido um percentual de 15%, a todos os trabalhadores, a título de produtividade, a incidir sobre os salários após reajustados na forma da cláusula anterior.

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDUSTRIAS DE PANIFICAÇÃO E CONFEITARIA ⁰⁸ *TM*

Trigo, Milho, Soja, Mandioca, Moagem de Café, Ind. de Massas Alimentícias e Biscoitos no Est. de Alagoas

Fundado: em 09/10/1931

CGC 12321329/0001.33

Av. Moreira Lima, 629 - Centro - Fone 223-2710

Maceió - Alagoas

4ª- Toda e qualquer promoção funcional no plano de administração do pessoal da empresa, será contemplada com um acréscimo salarial nunca inferior a 30%, do salário do promovido adotando-se igual procedimento com relação ao obreiro que estiver, o mesmo salário do substituído, a partir deste prazo, proibida a acumulação.

5ª- Por cada período de cinco anos de efetivo exercício na função, mesmo prestado a mais de uma empresa, será concedida, automaticamente, um adicional de 5%, do salário.

6ª- As horas extras serão pagas a base de 100%, superior a hora normal, sem prejuízo do garantido por lei.

7ª- O quebra de caixa integra o salário do obreiro para qualquer efeito, devendo ser discriminado no respectivo recibo de pagamento.

TÍTULO II

Da Suspensão e da Interrupção

8ª- A empregada gestante fica assegurada estabilidade provisória a partir do início da gravidez até 120 dias, após cessado o auxílio previdenciário, em cujo período não poderá ser concedido férias a não ser a seu pedido e, neste caso com a devida audiência do sindicato profissional.

9ª- Fica assegurado ao empregado estudante, abono de faltas nos dias de provas e exames obrigatórios em estabelecimentos de ensino reconhecido, inclusive em virtude de concursos de qualquer natureza.

10ª- Fica reconhecido como tempo de serviço efetivo para todos os efeitos legais, o período em que o obreiro se afastar para exercer o mandato sindical, mesmo na condição de delegado, de acordo com o art. 11 da Constituição Federal.

11ª- Os empregadores aceitarão, em igualdade de condições com os fornecidos por seus profissionais, os atestados médicos-odontológico provenientes de convênio entre INPS e entidades sindicais, bem como de médico particular.

12ª- As escalas de revezamento, quando necessárias, serão sempre confeccionadas com antecedência de 30 dias do seu cumprimento.

13ª- A jornada normal de trabalho passa a ser de 44 horas semanais, cujo quadro de horário e de compensação deverá ser previamente homologado pelo sindicato profissional.

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDUSTRIAS DE PANIFICAÇÃO E CONFEITARIA

Trigo, Milho, Soja, Mandioca, Moagem de Café, Ind. de Massas Alimentícias e Biscoitos no Est. de Alagoas

Fundado: em 09/10/1931

CGC 12321329/0001-33

Av. Moreira Lima, 629 - Centro - Fone 223-2710

Maceió - Alagoas

- 14ª- As empresas liberarão todo e qualquer obreiro do seu expediente, sem prejuízo salarial, sempre que precisar assistir seu conjuge ou filhos por ocasião de doença, devidamente comprovada, até oito dias por mês.
- 15ª- O acidentado ou o obreiro acometido de doença, não poderão ser dispensado até 120, dias após a cessação do benefício a não ser por falta "grave devidamente apurada em inquérito judicial.
- 16ª- Serão remuneradas pelas empresas as faltas ao serviço "em virtude de" participação nas atividades sindicais, desde que devidamente comprovada, "normalmente quando se tratar de dirigentes sindicais, ou delegado eleito" por assembléia geral de trabalhador.
- 17ª- As empresas respeitarão todos os feriados, federais, estaduais, municipais e que, pela tradição local, seja comemorado como sendo facultativo o trabalho sem prejuízo salarial nestes últimos como no primeiro.

TÍTULO III

Pagamento de Salário

- 18ª- As empresas fornecerão comprovantes do pagamento a todos seus empregados, discriminado tudo que está pago e descontado.
- 19ª- Mensalmente as empresas fornecerão ao sindicato da classe profissional cópia dos comprovantes de depósitos de todos os encargos sociais atinentes a todos os seus empregados, bem como relação nominal dos descontos de contribuição social e sindical e cópias das raízes anualmente.
- 20ª- A empresa que não efetuar o pagamento do salário dos seus empregados até o dia 10 do mês subsequente, pagará os salários e respectivas vantagens acrescidas de multa de 10%, mais um dia de salário por dia de atraso sendo ainda da empresa o ônus do tempo despendido quando se tratar de pagamento através do banco.

TÍTULO IV

Da Medicina e Segurança do Trabalho

- 21ª- As empresas fornecerão, a todos os seus empregados, gratuitamente, "uniformes, fardamentos e sapatos, inclusive aos balconistas", e macacões "ao pessoal de manutenção, no mínimo três unidades por ano.

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDUSTRIAS DE PANIFICAÇÃO E CONFEITARIA

Trigo, Milho, Soja, Mandioca, Moagem de Café, Ind. de Massas Alimentícias e Biscoitos no Est. de Alagoas

Fundado: em 08/10/1931

CGC 12321329/0001-83

Av. Moreira Lima, 629 - Centro - Fone 223-2710

Maceió - Alagoas

- 22ª- As empresas comunicarão ao sindicato profissional, com antecedência de 30 dias, as reuniões das cipas, a fim de que possam participar das "mesmas, inclusive arquivando cópias de suas atas.
- 23ª- O adicional de insalubridade, quando devidos, será pago ao percentual mínimo de 50%, sem prejuízo do percentual inerente ao grau máximo, quando for o caso.
- 24ª- Nos casos de urgência médica relativa aos trabalhadores sindicalizados, as empresas fornecerão, gratuitamente, toda a assistência médica necessária ao atendimento, inclusive 50%, das receitas médicas até a recuperação total do obreiro.
- 25ª- Obrigam-se as empresas a manterem nos setores de trabalho, bebedouros coletivos e individuais com água potável, sanitários higiênicos bem como todo equipamento ou material necessário a higiene, medicina e segurança do trabalho, inclusive armários individuais.

TÍTULO V

Do Trabalho Noturno

- 26ª- Considera-se como trabalho noturno para todos os efeitos legais todo aquele realizado entre as dezoito horas de um dia e as cinco horas do dia seguinte, cujo adicional não poderá ser inferior a 100%, do salário do obreiro, e o turno será de 6 horas.

TÍTULO VI

Da Rescisão Contratual

- 27ª- As verbas rescisórias deverão ser pagas pela empresa, é homologada a rescisão pelo sindicato profissional, no prazo de dez dias a contar do desligamento do obreiro, sob pena do pagamento dos dias não trabalhados, como se trabalhando estivesse, computando-se tais dias ao tempo do serviço do obreiro para todos os efeitos legais.
- 28ª- Todo e qualquer pedido de demissão deverá ser feito com a assistência do sindicato profissional, sob pena de nulção e consequente pagamento de todos os consectários indenizatórios pertinentes pela empresa.
- 29ª- Estando o obreiro de aviso prévio, poderá desligar-se definitivamente do serviço mediante a assistência do sindicato a qualquer tempo, desde que tenha conseguindo nova colocação, sem nenhum prejuízo.

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDUSTRIAS DE PANIFICAÇÃO E CONFEITARIA

Trigo, Milho, Soja, Mandioca, Moagem de Café, Ind. de Massas Alimentícias e Biscoitos no Est. de Alagoas

Fundado: em 09/10/1931

CGC 12321329/0001-33

Av. Moreira Lima, 629 - Centro - Fone 223-2710

Maceió - Alagoas

- 30ª- A multa constante do art. 22 do FGTS, aplicada por ocasião da dispensa do obreiro, será paga a base de 50%.
- 31ª- É proibida a dispensa do empregado dentro de 60 dias do retorno das férias, sob pena de pagamento em dobro das verbas rescisórias.
- 32ª- No ato da dispensa do seu empregado, a empresa fornecerá o atestado "de afastamento e salário (AAS) devidamente preenchido e assinado conforme" formulário do INAMPS.
- 33ª- Toda e qualquer rescisão de contrato com mais de 90 dias deverá ser homologada pelo sindicato profissional.
- 34ª- As empresas permitirão a fixação de boletins e avisos da entidade profissional em postos estratégicos do local de trabalho dirigidos aos trabalhadores, bem como a vista de pessoas credenciadas pela mesma entidade e seus diretores nos locais de trabalho, mediante comunicação prévia.

TÍTULO VII

Disposições Gerais e Transitórias

- 35ª- Serviço Militar = O obreiro que se afastar do trabalho para prestação do serviço militar não poderá ser dispensado até 180, dias do retorno ao trabalho, cujo período de afastamento é válido para todos os efeitos.
- 36ª- Contrato de Trabalho = De todo contrato de trabalho será fornecida cópia ao obreiro e quando houver cláusula penal por dano de responsabilidade do obreiro, deverá ser homologado pelo sindicato profissional, sob pena de nulidade.
- 37ª- Será terminantemente proibido, sendo nulo de pleno direito, o contrato de experiência do obreiro que já contar com pelo menos 90, dias de experiência na função em que está sendo admitido ainda que mais de uma empresa.
- 38ª- Sindicalização = As empresas colaborarão por ocasião da admissão dos seus empregados, facilitando-lhe a sindicalização mediante assinatura da proposta de filiação.
- 39ª- Complementação do Benefício = As empresas pagarão diferença entre o valor da aposentaria ou benefício concedido pelo INAMPS, inclusive quanto ao 13º salário e o efetivamente pago como se estivesse trabalhando, proibido o trabalho nessa condição.

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDUSTRIAS DE PANIFICAÇÃO E CONFEITARIA

Trigo, Milho, Soja, Mandioca, Moagem de Café, Ind. de Massas Alimentícias e Biscoitos no Est. de Alagoas

Fundado: em 09/10/1931

CGC 12321329/0001-33

Av. Moreira Lima, 629 - Centro - Fone 223-2710

Maceió - Alagoas

40^a- Férias = As empresas concederão a todos os seus empregados um abono de férias quando de sua concessão no valor de 30%, do salário, a título de gratificação assiduidade, na volta ao trabalho.

41^a- Prescrição de Direitos = Prescreve em 05 anos, a partir de cessão do " contrato de trabalho, o direito dos empregados reclamar quaisquer vantagens concedidas por esta convenção ou lei.

42^a Alimentação = As empresas fornecerão, gratuitamente, alimentação suficiente a todos os seus empregados, inclusive de tiket restaurantes.

43^a- Quadro de Horário = Independentemente do número de empregados, a empresa é obrigada a ter o quadro de horário devidamente homologado pelo sindicato profissional, bem como o registro de frequência.

TÍTULO VIII

Desconto em favor do Sindicato

44^a- As empresas efetuarão quaisquer desconto dos salários dos seus empregados, em favor do sindicato suscitante, quando por notificado, por aquele autorizados nos termos da Lei e desta Convenção.

45^a- As empresas descontarão ainda 2%, do salário de referência de todos os seus empregados, mensalmente a título de contribuição social em favor do " sindicato suscitante, conforme deliberação em assembléia geral.

46^a- As empresas descontarão dos salários, todos os seus trabalhadores não sindicalizados, através de folha de pagamento, a quantia correspondente a " um dia de trabalho, de uma só vez por ano, a título de contribuição assistencialista, até 10 dia do mês subsequente.

47^a- As empresas descontarão de todos os seus empregados, sindicalizados, o percentual de 2%, mensalmente sobre o salário de referência legal, através " de folha de pagamento a título de contribuição social, só suspenso mediante comunicação do sindicato profissional, nos termos dos artigos 545 " 513 da CLT.

TÍTULO IX

Da Aplicabilidade, Vigência, Registro e Arquivamento

48^a- A presente Convenção aplica-se a todos os trabalhadores pertencentes a categoria profissional representada pelos respectivos sindicatos no âmbito " de correspondente categoria econômica representada pelos sindicatos patronais que a esta subscrevem.

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDUSTRIAS DE PANIFICAÇÃO E CONFEITARIA

Trigo, Milho, Soja, Mandioca, Moagem de Café, Ind. de Massas Alimentícias e Biscoitos no Est. de Alagoas

Fundado: em 09/10/1931

C G C 12321329/0001.33

Av. Moreira Lima, 629 - Centro - Fone 223-2710

Maceió - Alagoas

49ª- A presente Convenção tem vigência de um ano iniciando em 1º de maio de 89, á 30 de abril de 90.

50ª- As dúvidas porventura surgidas em virtude da aplicação da presente "convenção serão dirimidas pela justiça do trabalho, em termo do artigo " 625 da C L T.

51ª- O Não cumprimento de qualquer cláusula desta convenção pelas empre-
sas, implica-lhes na multa de um valor de referência regional por infra-
ção, dobrada na reincidência, e o não cumprimento por parte do empregado"
ou sindicato profissional implicará em multa de 50%, deste valor.

52ª- Os valores das multas aplicadas aos empregadores reverterão em favor do empregado prejudicado, salvo aquelas cuja infração não atinja direta-
mente o empregado, quando então reverterão em favor da entidade profis-
sional ou patronal conforme o caso.

53ª- O infrator terá por prazo de cinco dias para efetuar o pagamento de"
qualquer multa por infração de norma desta convenção, a partir da senten-
ça transitada em julgado ou intimação da D.R.T; sob-pena de pagamento em"
dobro em execução, o que será cobrada pelo benefício da multa nos termos"
do art. 606 da C L T.

54ª- A vigência desta convenção coletiva será prorrogada automaticamente"
por período de um ano, caso não seja denunciada pelas partes com antece-
dência de 90, dias do-seu termo final ocorrendo prorrogação, obrigam-se "
as partes convenientes a promoverem a sua ratificação pela assembléia ge-
ral no prazo de 30 dias, e sua formalização perante os órgãos competentes.

Por estarem justo e convencionados assinam a pre-
sente convenção em quatro vias, todas de igual teor e para um só efeito "
legal, em presença de três testemunhas.

Maceió, 27/3/89
Amilho Bardecker.

CARTÓRIO DO 1.º OFÍCIO Rua do Comércio N.º 270 Maceió - Alagoas	Certifico que a presente cópia fa- tostática, é de igual teor ao do original, datado, de 27 de Mar de 89. Maceió, 27 de Mar de 89.
	Colza S. Mendes de Arantes - SECRETARIO Fátima Maria Lisboa de Costa Escritorinha Autorizada

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE PANIFICAÇÃO E CONFEITARIA

Trigo, Milho, Soja, Mandioca, Moagem de Café, Ind. de Massas Alimentícias e Biscoitos no Est. de Alagoas

Fundado: em 09/10/1931

C G C 12321329/0001-33

Av. Moreira Lima, 629 - Centro - Fone 223-2710

Maceió - Alagoas

PROCURAÇÃO POR INSTRUMENTO PARTICULAR

Por este instrumento particular de procuração o SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE PANIFICAÇÃO E CONFEITARIA, Trigo, Milho, Soja, Mandioca, Moagem de Café, Ind. de Massas Alimentícias e Biscoitos no Est. de Alagoas, com sede à Av. Moreira Lima, 629, centro, representado pelo seu Presidente, Sr. Aurélio Cavalcante Vieira, nomeia e constitui seu bastante procurador o Bel. Lindalvo Paiva Cavalcante, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/AL n. 1.275, com endereço profissional na Av. Moreira Lima, 629, centro, a quem concede os poderes da cláusula "ad judicia", além dos ressalvados, no que couber, pelo art. 38 do CPC, para defender os interesses do outorgante, em favor da categoria que representa, requerer tudo que se fizer necessário em AÇÃO TRABALHISTA, contestar ou embargar as contrárias, assinar, receber, desistir, em fim praticar tudo que fizer jus e que for de direito para o bom e fiel cumprimento deste mandato, inclusive substabelecer, com ou sem reserva de poderes, especialmente para requerer instauração de DISSÍDIO COLETIVO perante o Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região.

Maceió, Al., 27 de abril de 1989

Aurélio Cavalcante Vieira

Aurélio Cavalcante Vieira

- Presidente -

CARTÓRIO DO 1.º OFÍCIO
Rua do Comércio, 279
Maceió - Alagoas

Reconheço a firma por *Aurélio Cavalcante Vieira*
Em 27 de 04 de 1989
Maceió
Em test. *[Assinatura]*
Cadastral *[Assinatura]*
Márcio Magalhães da Costa
Escritório Jurídico

doc. 02

15
1007

Editais e Avisos



COMPANHIA ALAGOAS INDUSTRIAL - CINAL
CNPJ 08.444.555/0001-60

ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

São convidados os Srs. Acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, às 10:00 horas do próximo dia 18 de março de 1989, na sede social, no Pólo Cloroquímico de Alagoas, a fim de deliberarem sobre:

A) Elevação do limite do Capital Autorizado para atender aos interesses societários, com alteração do art. 6º "caput", do Estatuto Social;

B) Assuntos de interesse da Sociedade.

Pelo Conselho de Administração

Pedro Paulo Da Poian

Presidente

6061
Dias 10, 11, 14

ROFERTIL-PRODUTOS QUÍMICOS E FERTILIZANTES S.A.
CGC (MF) 10.782.100/0001-70

ASSEMBLÉIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

CONVOCAÇÃO

Ficam convidados os Senhores Acionistas desta sociedade a se reunirem em Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária, a se realizarem cumulativamente no dia 11 (onze) de abril de 1989, às 9 (nove) horas em sua sede social, Km 1,5 da Rodovia AL 401, Município de Santa Luzia do Norte-AL., para os seguintes fins:

- Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31.12.88;
- Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos;
- Eleger membro do Conselho de Administração para complemento de mandato, triênio 1988/90;
- Deliberar sobre o funcionamento ou não do Conselho Fiscal e, se for o caso, sobre a eleição de seus membros;
- Aprovar a correção da expressão monetária do capital social; e
- Fixar os honorários dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria.

II-Em AGE

- Alterar o Art. 5º do Estatuto Social, consignando novo valor ao capital social;
- Deliberar a capitalização da reserva de correção monetária do capital realizado; e
- Assuntos conexos e correlatos.

AVISO AOS ACIONISTAS

Ficam, outrossim, avisados os Senhores Acionistas de que na sede social, situada no endereço acima, encontram-se os Documentos da Administração, a que se refere o Art. 133 da Lei nº 6.404/76 relativos ao exercício encerrado no dia 31 de dezembro de 1988.

Santa Luzia do Norte (AL), 9 de março de 1989.

CARLOS BENIGNO PEREIRA DE LYRA NETO
Presidente do Conselho de Administração
... 6042-Dias 10, 11, 14

UNICAÇÃO



KONTIK ALAGOAS S/A HOTÉIS E TURISMO
CGC/MF - 09.340.498/0001-06

AVISO

Acham-se à disposição dos Senhores Acionistas, na Agência do Banco Econômico S.A., à Rua do Comércio, nº 173, nesta Cidade de Maceió-AL, os documentos a que se refere o Artigo 133, da Lei nº 6.404/76, relativos ao Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 1988.

Maceió-AL, 28 de fevereiro de 1989.

A Diretoria

6058

Givaldo da Silva Cirilo comerciante residente no Bairro Rancho Alegre-Br.101-Sul-Im-218, município de São Sebastião-AL. Avisa que foi perdido em lugar / incerto e não sabido os talonários de Insc. Estadual nº 24061096-2, CGC nº 12.438.529/001-70 e C P F nº 140.477.804-72.

São Sebastião, 09 de Março 1989

6064

MEFAL-N J DE SANTANA, torna público que requereu ao INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE a Licença de Operação para a fabricação de Esquadrias de ferro e - etc., à rua Major Cicero de Goes Monteiro, 3202, em Maceió/AL., Não foi determinado estudo de impacto ambiental.

SINICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE PANIFICAÇÃO E CONFEITARIA NO ESTADO DE ALAGOAS.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO:

O Presidente da entidade supra, no uso das atribuições que lhes conferem os Estatutos e a Legislação Sindical vigente, convoca todos os trabalhadores inseridos na Categoria do 1º Grupo, a participarem da Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada às 19:00 (dezenove) horas do dia 23 (vinte e três) de março do corrente, em sua sede social, localizada à Av. Moreira Lima, 629 - Centro, nesta cidade (Palácio do Trabalhador), com a maioria absoluta de trabalhadores presentes ou 1 (uma) hora após em segunda e última convocação no mesmo dia e local com qualquer número de trabalhadores presentes, para tratar das seguintes matérias da Ordem do Dia: a) Leitura, discussão e aprovação da Ata anterior; b) Delegar poderes à Diretoria do Sindicato e firmar a Convenção Coletiva de Trabalho com a classe Patronal, e se necessário, instaurar o Dissídio na Justiça do Trabalho à vigorar de 1º de maio de 1989 a 30 de abril de 1990; c) Aprovação de contribuições de taxas assistencialistas dos trabalhadores não sindicalizados integrantes da categoria, (letra "e") do artigo 513 da CLT e inciso IV do art. 8º da Constituição Federal. Maceió, Alagoas, 13 de março de 1989.

Aurelio Cavalcante Vieira
Aurelio Cavalcante Vieira
- Presidente -

6061

doc. 03

16
1989

APR da Assembleia geral
Extraordinária dos Trab.
nas Ind. do Têxto, Pêlito, So-
ya, Mandioca, Magueira de
doce, Ind. de Massas Alim-
entícias e Biscoitos no
Estado de Alagoas, reali-
zada no dia 23.03.89,
que tem a finalidade
de apresentar aos Associa-
dos o programa de lamen-
tos coletiva de trabalho
na data base de maio 89
a 30 de Abril de 1990.

Por 28 (vinte e oito) dias do mês de
março de 1989, (Hum mil Noventa e
oitenta e nove) reuniu-se a Associação
dos Trabalhadores às 20:00 horas em Segunda-
feiras no Palácio do Trabalho-
dos Av. Manoel Pina 609, em São Assen-
são, geral Extraordinária convocada
pelo presidente da entidade Antônio
do Edilal publicado no Diário Ofi-
cial de Alagoas, na página 20,
onde constava da seguinte ordem
do dia: a) leitura, discussões e aprova-
ção da ATA anterior; b) Delegados Poderes
à Justiça do Trabalho e fixar
convenções coletiva de trabalho com a
 classe patronal, e se necessário instau-
rar o dissídio na Justiça do Trabalho
a partir de 1º de maio de 89, à 30 de
Abril de 1990; c) Aprovação de Estatuto.

crês de Frazas Assistencialistas das Jia -
 bathadores No Sindicato das Jintegran-
 tis da categoria; terminando a leitura
 do edital de convocação, seu presidente
 autorizou o secretário fazer a leitura
 do minuto de homenagem coletiva de tra-
 balho, a qual o presidente solicitou
 das presentes qual era a maneira
 melhor de entenderem a leitura do
 minuto; seu presidente franqueou a
 palavra aos presentes, pediu a pala-
 vra o associado José das Santas, solici-
 tando que fosse lido stem por stem, seu
 presidente submeteu a proposta a dis-
 cusão, sendo discutida e aprovada; can-
 tiquando foi lida as cláusulas 1º
 onde foi discutida e aprovada 100%
 do salário de Abril; cláusula 2º discutida
 e aprovada; cláusula 3º aprovada um
 percentual de 35% a título de produ-
 tividade; cláusula 4º aprovada um abato
 de 30% em transição de qualquer
 associado para outro setor; cláusula
 5º aprovada o percentual de 35% após
 5 anos de trabalho; cláusula 7º aprovada
 a quebra de caixa Jintegra o salário
 do obreiro para qualquer mês de lucro
 se discriminado no recibo de pagamen-
 to; cláusula 8º a gerência ficasse
 guardada a responsabilidade por isso a
 partir do início da qualidade até 100
 dias, após isso o auxílio previdência
 no esse período não poderá ser cancela-
 do ficando a não ser a seu pedido;

Parágrafo 3º fica assegurado o abano
nas faltas dos estudantes; Parágrafo 4º
11ª 12ª Pidas e aprovadas; Parágrafo 13º
nas horas de 44:00 horas conforme a Lei;
14ª 15ª 16ª 17ª Pidas e aprovadas conforme
me redação da minuta; 18ª 19ª 20ª Tudo
Pido conforme redação da minuta;
21ª 22ª 23ª 24ª 25ª 26ª 27ª 28ª Todas Pidas e apro-
vadas conforme redação da minuta;
29ª 30ª 31ª 32ª 33ª 34ª 35ª 36ª 37ª 38ª 39ª 40ª 41ª 42ª
43ª Todas Pidas e aprovadas conforme
consta na minuta; 44ª 45ª 46ª 47ª 48ª
49ª 50ª 51ª 52ª 53ª 54ª Todas Pidas e aprovadas
conforme redação da minuta; depois de
Pido e aprovada a minuta seu Pre-
sidente franquou a palavra quem
dela quizesse fazer uso. Nas falas
quem quizesse fazer uso da palavra
seu presidente soliciou das mesmas
que ficasse atento a nota com o cargo
dado por mimado a reunião auto-
rizando o Secretário Palma a Presente
ata que da Pá e assino. Macaio, 23 de
março de 1989; Tracy Allen Silva

Ambo Cavalcante - Presidente

CARTÃO DO 1º OFICIAL Rua do Comércio, 270 Macaio - Alagoas	Reconheço a firma	
	Amelio Cavalcante	
	do	
	Macaio	27 de 04 de 1989
	Em test.	da verdade
	Colso Po	Miranda
	Nielze Mari	da Costa
	Esprimo	da Costa

18
1900

lista de presença das Associadas
presentes na reunião do dia 23.03.89,
que tem a finalidade de apresentar
as Associadas à Comissão Política do Município.

1. C. B. da Silva
2. Estácio Teófilo de S. F. Filho
3. C. B. da Silva
4. Milton Távora de Oliveira
5. José Teófilo de S. F. Filho
6. José Teófilo de S. F. Filho
7. C. B. da Silva
8. José Teófilo de S. F. Filho
9. José Teófilo de S. F. Filho
10. José Teófilo de S. F. Filho
11. José Teófilo de S. F. Filho
12. José Teófilo de S. F. Filho
13. José Teófilo de S. F. Filho
14. José Teófilo de S. F. Filho
15. José Teófilo de S. F. Filho
16. José Teófilo de S. F. Filho

19
1000

17. Augusto Humberto de Oliveira
18. Antonio Felipe dos Santos
19. Leina Souza
20. Valder Soares da Silva
21. José Gomes
22. José Maria Alves
23. Valder dos Santos
24. Herington de Silva
25. Laércio de Oliveira
26. José Gomes da Silva
27. José Leopoldo Filho
28. José da Silva de Oliveira
29. José da Silva de Oliveira
30. José da Silva de Oliveira
31. José da Silva de Oliveira
32. Antônio Tomaz da Silva
33. Paulo da Silva de Oliveira
34. José de Oliveira de Oliveira
35. Ezequiel da Silva
36. José Ezequiel de Oliveira
37. Wilson Teixeira de Oliveira
38. José da Silva de Oliveira
39. João da Silva de Oliveira
40. Sérgio da Silva de Oliveira
41. José da Silva de Oliveira
42. José da Silva de Oliveira
43. José da Silva de Oliveira
44. José da Silva de Oliveira
45. José da Silva de Oliveira
46. José da Silva de Oliveira
47. José da Silva de Oliveira
48. José da Silva de Oliveira
49. José da Silva de Oliveira
50. José da Silva de Oliveira

51. Amador do Valente do Nascimento
52. José Vitor do Santos
53. Amador Antonio do Nascimento
54. Lúcia do Carmo do Nascimento
55. José do Carmo do Nascimento
56. Paulo Vitor do Nascimento
57. José Borges dos Santos
58. Eugénio dos Santos
59. Cícero dos Santos do Nascimento
60. O Brasil do Nascimento do Silva
61. José do Nascimento
62. Espirito Santo do Nascimento
63. Paulo Vitor do Nascimento
64. Carlos do Nascimento
65. José do Nascimento do Nascimento
66. José do Nascimento do Nascimento
67. Manoel do Nascimento
68. José do Nascimento do Nascimento
69. José do Nascimento do Nascimento
70. José do Nascimento do Nascimento
71. José do Nascimento do Nascimento
72. José do Nascimento do Nascimento
73. José do Nascimento do Nascimento
74. José do Nascimento do Nascimento
75. José do Nascimento do Nascimento
76. José do Nascimento do Nascimento
77. José do Nascimento do Nascimento
78. José do Nascimento do Nascimento
79. José do Nascimento do Nascimento
80. José do Nascimento do Nascimento
81. José do Nascimento do Nascimento
82. José do Nascimento do Nascimento
83. José do Nascimento do Nascimento
84. José do Nascimento do Nascimento

- 35 José Carlos Gomes Filho
- 36 Piere da Silva
- 37 Camilla Maria de Almeida
- 38 Indira Silva de Oliveira
- 39 Sebastião Jacinto de Silva
- 40 Ciro Silvestre dos Santos
- 41 Ciro José dos Santos
- 42 Edvaldo dos Santos
- 43 José Barros da Silva
- 44 Ciro Nunes da Costa
- 45 Rômulo José de Almeida
- 46 José de Almeida
- 47 Antônio Manoel da Silva
- 48 Garibaldi dos Santos e Silva
- 49 Antônio Soares
- 100 José Vilma da Silva
- 101 Everaldo Torres dos Santos
- 102 Antônio Leopoldo de Souza
- 103 Edson Antônio Silva
- 104 Eduardo Rodrigues de Nascimento
- 105 Piere dos Santos
- 106 José da Silva Filho
- 107 Antônio Rodrigues
- 108 Rômulo Pereira Pinto
- 109 José Carlos Rodrigues
- 110 José Roberto de Almeida
- 111 Everaldo de Almeida
- 112 Everaldo da Silva
- 113 Rômulo de Almeida
- 114 José Carlos de Almeida
- 115 José da Silva
- 116 Everaldo de Almeida
- 117 José Ferreira da Silva
- 118 Anderson José da Silva

119. ~~João da Silva~~
120. ~~Roberto da Silva~~
121. ~~João da Silva~~
122. Jorge Carlos da Silva
123. João da Silva
124. João Henrique Pereira da Silva
125. Severino Ferreira de Lima
126. João da Silva
127. Manoel Rodrigues Lima
128. Carlos da Silva
129. João da Silva
130. João da Silva
131. Arnaldo José da Silva
132. João da Silva
133. João da Silva
134. João da Silva
135. Maria Laura dos Santos
136. Antônio da Silva
137. Carlos da Silva
138. José Silvestre Pereira da Silva
139. João da Silva
140. João da Silva
141. João da Silva
142. Bernardo da Silva
143. João da Silva
144. João da Silva
145. José Miguel dos Santos
146. João da Silva
147. João da Silva
148. João da Silva
149. João da Silva
150. João da Silva
151. João da Silva
152. João da Silva

8.		153
8.	João Carlos Silva de Lima	154
8.	Elias Ribeiro da Silva	155
8.	Antônio Góes de Silva	156
8.	Marcelo Severina da Silva	157
8.	Antonio Eudes	158
8.	João Américo dos Santos	159
8.	Marcelo Custódio da Silva	160
8.	Marcelo Gomes de Araújo	161
8.	Roberto Almeida da Silva	162
8.	Roberto Gomes da Silva	163
8.	Roberto Gomes da Silva	164
8.	Roberto Gomes da Silva	165
8.	Silvestre Mariano Ferreira	166
8.	João Gomes da Silva	167
8.	João Gomes da Silva	168
8.	Roberto Gomes da Silva	169
8.	Roberto Gomes da Silva	170
8.	Roberto Gomes da Silva	171
8.	Roberto Gomes da Silva	172
8.	Roberto Gomes da Silva	173
8.	Silvestre Mariano Ferreira	174
8.	Roberto Gomes da Silva	175
8.	Roberto Gomes da Silva	176
8.	Roberto Gomes da Silva	177
8.	Roberto Gomes da Silva	178
8.	Roberto Gomes da Silva	179
8.	Roberto Gomes da Silva	180
8.	Roberto Gomes da Silva	181
8.	Roberto Gomes da Silva	182
8.	Roberto Gomes da Silva	183
8.	Roberto Gomes da Silva	184
8.	Roberto Gomes da Silva	185
8.	Roberto Gomes da Silva	186

	187
Adriano	188
Adriano	189
Adriano	190
Adriano	201
Adriano	202
Adriano	203
Adriano	204
Adriano	205
Adriano	206
Adriano	207
Adriano	208
Adriano	209
Adriano	210
Adriano	211
Adriano	212
Adriano	213
Adriano	214
Adriano	215
Adriano	216
Adriano	217
Adriano	218
Adriano	219
Adriano	220
Adriano	221
Adriano	222
Adriano	223
Adriano	224
Adriano	225
Adriano	226
Adriano	227
Adriano	228
Adriano	229
Adriano	230

Hilobrande Sabino di Alvares	231
Amor do amor do	232
Amor do amor do	233
Amor do amor do	234
Amor do amor do	235
Amor do amor do	236
Amor do amor do	237
Amor do amor do	238
Amor do amor do	239
Amor do amor do	240
Amor do amor do	241
Amor do amor do	242
Amor do amor do	243
Amor do amor do	244
Amor do amor do	245
Amor do amor do	246
Amor do amor do	247
Amor do amor do	248
Amor do amor do	249
Amor do amor do	250
Amor do amor do	251
Amor do amor do	252
Amor do amor do	253
Amor do amor do	254
Amor do amor do	255
Amor do amor do	256
Amor do amor do	257
Amor do amor do	258
Amor do amor do	259
Amor do amor do	260
Amor do amor do	261
Amor do amor do	262
Amor do amor do	263
Amor do amor do	264

265	265
266	266
267	267
268	268
269	269
270	270
271	271
272	272
273	273
274	274
275	275
276	276
277	277
278	278
279	279
280	280
281	281
282	282
283	283
284	284
285	285
286	286
287	287
288	288
289	289
290	290
291	291
292	292
293	293
294	294
295	295
296	296
297	297
298	298

27
1907

Helio Guter Barrios	299
Jorge Santana & Cia	300
Roberto da Silva	301
João Agostinho da Silva	302
Guilherme Pinheiro Filho	303
João da Silva	304
Guilherme Cruz e Cia	305
João da Silva	306
Guilherme Pinheiro	307
Guilherme Pinheiro	308
Guilherme Pinheiro	309
Seis grandes da Silva	310
Estanislau da Silva	311



SINDICATO DA INDÚSTRIA DO TRIGO — MILHO TORREFAÇÃO E MOAGEM
DE CAFÉ DE MACEIÓ

(Filiado a Federação das Indústrias do Estado de Alagoas)
Edif. CASA DA INDÚSTRIA - Av. Fernandes Lima, 385-5.º Andar - Telefone PABX 221-8268
Telex 522(113) Caixa Postal, 103 - CEP 57055 - Maceió - Alagoas

doc. 04

28
1977
S. L. PANIFICAÇÃO E CONF. NO ESTADO DE ALAGOAS
Aurelio Cavalcante Vieira
Presidente

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO

Pelo presente instrumento, de um lado o SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DO TRIGO, MILHO, TORREFAÇÃO E MOAGEM DE CAFÉ DE MACEIÓ, e do outro lado o SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE PANIFICAÇÃO E CONFEITARIA, TRIGO, MILHO, SOJA, MANDIOCA, MOAGEM DE CAFÉ, INDÚSTRIA DE MASSAS ALIMENTÍCIAS, BISCOITOS NO ESTADO DE ALAGOAS, através de seus representantes legais infra firmados, têm justos e acordados, nos termos do artigo 611 da Consolidação das Leis do Trabalho, estipular as condições de trabalho a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Esta Convenção Coletiva de Trabalho, baseada no artigo 611 da CLT, tem por finalidade a concessão de aumento de salários e a estipulação de condições especiais de trabalho, aplicáveis no âmbito das empresas representadas, especificamente às relações individuais de trabalho mantidas entre estas e seus empregados, definidos na cláusula seguinte.

CLÁUSULA SEGUNDA

São beneficiários desta Convenção Coletiva de Trabalho os empregados que abrangidos na representação sindical obrreira (Trabalhadores na Indústria de Torrefação e Moagem de Café - primeiro grupo da CNI do quadro a que se refere o artigo 577 da CLT), laboram para as empresas da categoria econômica representadas, excetuados aqueles que embora trabalhando para essas empresas, pertencem a outras categorias profissionais diferenciadas (artigo 511

pcan

A.B.D.

@

SINDICATO DA INDÚSTRIA DO TRIGO — MILHO TORREFAÇÃO E MOAGEM
DE CAFÉ DE MACEIÓ

29
10/07

(Filiado a Federação das Indústrias do Estado de Alagoas)
Edl. CASA DA INDÚSTRIA - Av. Fernandes Lima, 385-5º Andar - Telefone PABX 221-8288
Telex 822(113) Caixa Postal, 103-CEP 57055 - Maceió - Alagoas

§ 3º da CLT).

CLÁUSULA TERCEIRA

As empresas reajustarão a partir de 1º de maio de 1988 os salários de seus empregados inseridos na categoria profissional conveniente, na base de 392,50% (trezentos e noventa e dois virgula cinquenta por cento) sobre os salários de maio de 1987 após compensados todos os aumentos, abonos, adiantamentos ou antecipações salariais concedidos pelas empresas a partir de 1º de maio de 1987, ressalvadas, entretanto, as exceções previstas no inciso XII da Instrução Normativa nº 01 do TST.

PARÁGRAFO ÚNICO

O reajuste acima mencionado, compreende a variação acumulada do IPC ocorrida no período maio/87 a abril/88, cujo percentual foi de 381.12% (trezentos e oitenta e um virgula doze por cento), sendo adicionados 11.38 (onze virgula trinta e oito) pontos percentuais à variação do IPC, a título de aumento real, totalizando o percentual de reajuste de 392,50%.

CLÁUSULA QUARTA

Os salários dos empregados admitidos após 1º de maio de 1987 (data base) serão atualizados em 1º de maio de 1988, proporcionalmente ao número de meses a partir da admissão nas empresas.

CLÁUSULA QUINTA

É vedado ao empregador descontar do salário de seus empregados as faltas justificadas e comprovadas através de atestado médico fornecido por profissional credenciado pelo INAMPS por médico do Serviço Social da Indústria - SESI, ou por médico da empresa (conveniados ou contratados).

[Assinatura]

[Assinatura]

[Assinatura]

30
100

SINDICATO DA INDÚSTRIA DO TRIGO — MILHO TORREFAÇÃO E MOAGEM
DE CAFÉ DE MACEIÓ

(Filiado a Federação das Indústrias do Estado de Alagoas)
Edif. CASA DA INDÚSTRIA - Av. Fernandes Lima, 385 - 5º Andar - Telefone PABX 221-8288
Telex 822(113) Caixa Postal, 103 - CEP 57055 - Maceió - Alagoas

CLÁUSULA SEXTA

Os empregados matriculados nos cursos secundários ou universitários serão dispensados do serviço nos dias de prestação de provas, somente quando estas coincidirem com o turno de trabalho, sendo as faltas remuneradas pela empresa, desde que comprovem, com documento fornecido pelo estabelecimento de ensino, dentro de 48 (quarenta e oito) horas após a realização das respectivas provas. É condição ainda ao deferimento do abono de dispensa do serviço, que o empregado faça a comunicação a empresa com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência da realização do exame.

CLÁUSULA SÉTIMA

As empresas que contam em seus quadros funcionais com um ou mais membros da Diretoria do Sindicato Profissional, poderão, mediante solicitação por escrito da entidade obreira, liberá-los para participação de congressos e outros eventos de interesse da categoria. Para que se proceda a dispensa do dirigente sindical acima prevista, deverá o Sindicato Profissional comunicar a empresa com antecedência de 08 (oito) dias, cabendo ao liberado, quando do retorno ao serviço, comprovar sua participação no evento.

CLÁUSULA OITAVA

As empresas fornecerão comprovantes de pagamento dos salários de seus empregados, discriminando tudo que está sendo pago e descontado.

CLÁUSULA NONA

As empresas fornecerão ao Sindicato Profissional, no mês de desconto da contribuição sindical, cópia da guia do recolhimento da contribuição, bem como a relação dos empregados descontados.

C

P
B

31
10/07

SINDICATO DA INDÚSTRIA DO TRIGO — MILHO TORREFAÇÃO E MOAGEM
DE CAFÉ DE MACEIÓ

(Filiado à Federação das Indústrias do Estado de Alagoas)
Edif. CASA DA INDÚSTRIA - Av. Fernandes Lima, 385-5.º Andar - Telefone PABX 221-8258
Telex 822(118) Caixa Postal, 103-CEP 57055 - Maceió - Alagoas

CLÁUSULA DÉCIMA

Fica assegurado aos empregados que laboram em horário noturno, definido no artigo 73 da CLT, valor da hora acrescido de 20% (vinte por cento) sobre o valor da hora diurna.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

Fica assegurado pelas empresas fornecimento de vale transporte aos empregados que fizerem solicitação, de acordo com o disposto no Decreto nº 95.247/87.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

As empresas fornecerão aos seus empregados uniforme de trabalho, quando o uso for obrigatório ou exigido pela empresa, vedado qualquer desconto, salvo para reposição de unidade inutilizada por culpa ou dolo do empregado.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

As empresas descontarão, em folha de pagamento, de todos os seus empregados não sindicalizados, a título de taxa assistencial, no mês de junho de 1988, a quantia correspondente a 01 (um) dia de salário, ressalvando-se aos não sindicalizados o direito de oposição ao desconto junto a entidade empregadora, desde que a oposição seja apresentada por escrito, no prazo de 07 (sete) dias a contar da data da entrega deste instrumento aos convenientes pela Delegacia Regional do Trabalho.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

Fica acordado que as empresas descontarão de seus empregados sindicalizados, a título de contribuição social, mensalmente, um percentual de 2% (dois por cento) sobre o salário base, recolhendo os valores à Tesouraria da entidade beneficiária até o décimo dia útil do mês subsequente ao do desconto.

SINDICATO DA INDÚSTRIA DO TRIGO — MILHO TORREFAÇÃO E MOAGEM
DE CAFÉ DE MACEIÓ

32
1007

(Filiado a Federação das Indústrias do Estado de Alagoas)
Edif. CASA DA INDÚSTRIA - Av. Fernandes Lima, 385 - 5.º Andar - Telefone PABX 221-8288
Telex 822(113) Caixa Postal, 103 - CEP 57055 - Maceió - Alagoas

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

A inobservância do ajustado nesta Convenção, nas obrigações de fazer, acarretará em multa equivalente a 20% (vinte por cento) do valor de referência regional, revertendo para a parte prejudicada.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA

A prorrogação, revisão, denúncia ou renovação total ou parcial do presente instrumento, ficará subordinada às normas estabelecidas no artigo 615 da CLT.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA

A presente Convenção tem vigência de 1º de maio de 1988 a 30 de abril de 1989.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA

As dúvidas porventura surgidas em virtude da aplicação da presente Convenção, serão resolvidas nos termos do artigo 625 da CLT.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA

Esta Convenção Coletiva de Trabalho, dutilografada em 06 (seis) laudas, está sendo lavrada em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito legal, sendo 02 (duas) vias para arquivo dos convenientes e 01 (uma) via para depósito na Delegacia Regional do Trabalho deste Estado, para registro, como ordena o parágrafo único do artigo 613 da CLT.

E, por estarem justos e acordados, firmam os convenientes, por órgão de seus representantes legais, esta Convenção Coletiva de Trabalho, para que se produzam os efeitos legais, após o prazo estabelecido no §. 1º do artigo 614 da CLT.

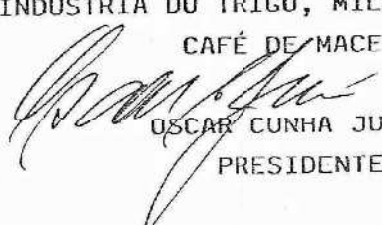


SINDICATO DA INDÚSTRIA DO TRIGO — MILHO TORREFAÇÃO E MOAGEM
DE CAFÉ DE MACEIÓ

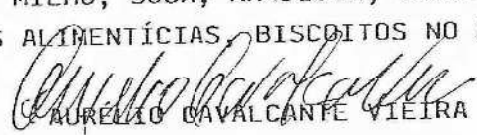
(Filiado a Federação das Indústrias do Estado de Alagoas)
EdL CASA DA INDÚSTRIA - Av. Fernandes Lima, 385-5.º Andar - Telefone PABX 221-8288
Telex 822(113) Caixa Postal, 108 - CEP 57055 - Maceió - Alagoas

Maceió, 12 de maio de 1988.

SINDICATO DA INDÚSTRIA DO TRIGO, MILHO, TORREFAÇÃO E MOAGEM DE
CAFÉ DE MACEIÓ


OSCAR CUNHA JUNIOR
PRESIDENTE

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE PANIFICAÇÃO, CON-
FEITARIA, TRIGO, MILHO, SOJA, MANDIOCA, MOAGEM DE CAFÉ, INDUS-
TRIAS DE MASSAS ALIMENTÍCIAS, BISCOITOS NO ESTADO DE ALAGOAS


AURELIO CAVALCANTE VIEIRA
PRESIDENTE





DRT / AL

REGISTRADO EM LIVRO COMPETENTE
Em 25/05/88
SEÇÃO DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
EM 25/05/88

Receber
Nadir Barreto da Graça
Chefe da Seção de Inspeção do Trabalho
Matrícula nº 4.488

Receber
José Augusto da Silva Costa
Fiscal de Trabalho
Diretor da Divisão de Relações do Trabalho

isto:

Em 25/05/88

Receber

Substituto
Matrícula nº



MINISTÉRIO DO TRABALHO

DELEGACIA REGIONAL

CERTIDÃO

34
1087
doc. 05
L.

Em cumprimento ao despacho exarado no requerimento de

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Panificação, e Confeitaria, Trigo, Milho, Soja, Mandioca, Moagem de Café, Ind. de Massas Alimentícias e Biscoitos no Estado de Alagoas, situado na Avenida Moreira Lima, 629 - Centro, Maceió-Al, CGC nº 12.321.329/0001-33, no qual solicita por CERTIDÃO, para fins de prova perante a Justiça o teor do processo de negociação requerido a través do processo nº 24.120:001058/89. CERTIFICADO que em face do processo acima referenciado, o já citado Sindicato solicitou desta Repartição que o processo de negociação para elaboração da Convenção Coletiva de Trabalho entre o mesmo e o Sindicato das Indústrias de Panificação e Confeitaria, Trigo, Milho, Soja, Mandioca, Moagem de Café, Ind. de Massas Alimentícias e Biscoitos no Estado de Alagoas, tivesse as reuniões realizadas neste Órgão. Atendendo ao já referenciado expediente, remetemos Memorando nº 124/89 convidando o representante da classe patronal para no dia 20/04/89 às 15:00 horas, participar do evento, conforme se vê no corpo do processo, apenas compareceu o representante da categoria obreira. E para constar, eu, Cicera Maria da Silva, Agente Administrativo LT-SA-801-NM 17 (CM), lavrei a presente Certidão que vai por mim rubricada, assinada pelo Chefe da Seção de Inspeção do Trabalho, pelo Diretor da Divisão de Relações do Trabalho e visada pelo Sr. Delegado Regional do Trabalho em Alagoas, Maceió, 27 de abril de 1989. x. x. x. x. x. x. x. x. x. x. x.

João Zibanni H. Costa Cavalcante
Mat. 7789/0348
Chefe da SIT/DRT/AL

Augusto da Costa
Fiscal do Trabalho
Mat. 8552 - C/F 0358

Visto:

Em 27/04/89

José Ib Henrique Pedroza

Delegado Regional do Trabalho/Al

SINDICATO DOS TRABALHADORES DAS INDÚSTRIAS DE PAPELALCO E CELULOSE

Trigo, Milho, Soja, Mandioca, Margem de Extração de Massas Alimentares e Biscoitos no Est. de Alagoas

Fundado em 09/10/1983

C.G.C. 12.221.825/0009.32

Av. Moreira Lima, 622 - Centro - Fone: 223-2717

Maceió - Alagoas

35

doc. 06

CÁLCULO DA PERDA SALARIAL - DATA BASE 05/1988

M E S / A N O	1. 2. 3.		4. 5. 6.	
	M E S A L	ACUM. ANO	M E S A L	ACUMULADO
MAI. DE 1988	17,78	17,78	16,19	16,19
JUN. DE 1988	19,53	40,78	17,68	36,73
JUL. DE 1988	24,04	74,62	17,68	60,70
AGO. DE 1988	20,66	110,70	17,68	89,35
SET. DE 1988	21,01	161,29	21,39	129,85
OUT. DE 1988	27,25	232,49	21,39	179,01
NOV. DE 1988	26,92	322,00	21,39	236,69
DEZ. DE 1988	28,79	443,49	26,35	326,92
JAN. DE 1989	35,48	616,32	26,35	438,13
FEV. DE 1989	3,60	620,83	-	438,13
MAR. DE 1989	(*) 3,00	685,71	-	438,13
ABR. DE 1989	(*) 5,00	725,00	-	438,13

BASE PARA CÁLCULO 825,00 DIVIDIDO POR 538,13

CÁLCULO:

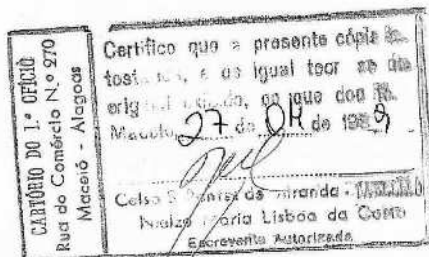
$$825,00 : 538,13 = 1,53 \text{ ou } 153\% \text{ menos } 100\% = 53,31$$

PERDA SALARIAL é de 53,31%

Maceió (AL), março de 1989.-

(*) DEBITADA.

JES/-





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6.ª REGIÃO
RECIFE

36
1007

TÉRMO DE AUTUAÇÃO E REVISÃO DE FOLHAS

Aos 28 dias do mês de abril de 19 89
autuei o presente Insidio Coletivo
o qual tomou o nº PC-36/89
contendo 36 folhas, todas numeradas.

OBS: _____

1007

Serviço de Cadastramento Processual

REMESSA

Nesta data faço remessa destes autos ao

Recife, 28.04.89

Clamallo
Diretor do S.C.P.

Na forma do art.866, conso-
lidado, delego a uma das Juntas de
Conciliação e Julgamento de Maceiô-
AL, mediante distribuição, as atri-
buições de que tratam os arts.860 e
862, da CLT.

Rccife, 02 de maio de 1989.

[Signature]
José Guedes Corrêa Condin Filho
Juiz Presidente T.R.T. Sexta Região

T. R. T. — 2ª REGIÃO
D. F. M.

Reg. sob o n° 8 - 06/89

Dist. e 2ª J03

Maceiô. 04/ 05/ 1989

DIRETOR DA D. F. M.

JUSTIÇA DO TRABALHO

JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO

DISTRIBUIÇÃO

Reclamante Sind. dos Tralh. nas Ind.de Pan.e Conf.

Reclamado Sind. das Ind. do Trigo-T.e Moagem de Café
de Maceió

Local:

Maceió

Data:

04.05.89

N.º

06/89

Objeto:

Dissidio Coletivo

audiencia 17.05.89 as 8,15 horas

E S P É C I E

Verbal

☒ Escrita..... ☐ Documentos

Distribuído à 2ª Junta de Conciliação e Julgamento

Juiz Distribuidor

Distribuidor



PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

2ª JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE MACEIÓ-AL.

NOTIFICAÇÃO O PROC. TRT. DC. 36/89

ASSUNTO : Reclamação apresentada contra: SIND. DA INDÚSTRIA DO TRIGO-
MILHO, TORREFAÇÃO E MOAGEM DE CAFÉ DE MACEIÓ-AL.

RECLAMANTE: SIND. DOS TRABALHADORES NAS IND. DE PANIFICAÇÃO E CONFEITARIA
AV. MOREIRA LIMA, 629, CENTRO, MACEIÓ-AL.

Fica V. S.^a notificado, pela presente, ~~ausência de comparecimento~~ a 2ª^a
Junta de Conciliação e Julgamento, na 2ª J.C.J. - Macéio - AL
Av. Moreira e Silva, 863
Farol - Macéio - AL

às 08:15 horas do dia 17, do mês de maio de 1989
à audiência relativa à reclamação supra-referida.

Nessa audiência deverá V. S.^a apresentar as provas que julgar necessárias, constantes de documentos ou testemunhas, estas no máximo de 3 (três).

O não comparecimento de V. S.^a à referida audiência importará no arquivamento da reclamação.

FBS/ Macéio, 05 de maio de 1989

Diretor de Secretaria

Notificação inicial ao reclamante.

J.C.J. - Mod. 07



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

2ª JUNTADA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO de Maceió-AL.

PROC. Nº 2ª J.C.J. 03/89 NOTIFICAÇÃO PROC. Nº TRT.DC.36/89

SUSCITADO: SINDICATO DA IND. DO TRIGO - MILHO, TORREFAÇÃO E
MOAGEM DE CAFÉ DE MACEIÓ.

AV. FERNANDES LIMA, 385, 5º ANDAR, FAROL - (EDIF. CASA DA INDÚSTRIA)

ASSUNTO: Reclamação apresentada por: SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS IN
DÚSTRIAS DE PANIFICAÇÃO E CONFEITARIA.

Fica V. S.ª notificado, pela presente, a comparecer perante à 2ª J. Junta
de Conciliação e Julgamento JUSTIÇA DO TRABALHO

na 2ª J.C.J. - Maceió - AL
Av. Moreira e Silva, 863

às 08:15 horas do dia 17 do mês de maio de 1989

à audiência relativa à reclamação constante da cópia anexa.

Nessa audiência deverá V. S.ª apresentar as provas que julgar necessá-
rias, constantes de documentos ou testemunhas, estas no máximo de 3 (três).

O não comparecimento de V. S.ª à referida audiência importará o julga-
mento da questão à sua revelia e a aplicação da pena de confissão, quanto
à matéria de fato.

Nessa audiência deverá V. S.ª estar presente, independentemente do com-
parecimento de suas representantes, sendo-lhe facultado fazer-se substituir pelo
gerente ou por qualquer preposto, credenciado, que tenha conhecimento do fato
e cujas declarações obrigarão o proponente.

FBS/ Maceió, 05 de maio de 1989

PBW

Diretor de Secretaria

Proc. TRT-DC.36/89-Sind. da Ind. do Trigo-Milho, Torrefação e

Moagem de Café de Maceió

AVISO DE RECEBIMENTO

Audiência: 17.05.89 às 08:15 h.

Número do Registrado _____

Data do Registro _____

R E C E B I

Maceió 09 de maio de 19 89

Fulgêncio Barcia
(Assinatura do Destinatário)

NOTA - Este recibo deve ser datado e assinado a tinta e devolvido diretamente pela primeira mala como correspondência ordinária a pessoa indicada na fase I
JCJ Mod. 45



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

____ Junta de Conciliação e Julgamento do _____

(Repartição para onde deve ser devolvido este "AR")

PERNAMBUCO
BRASIL

Proc. No TRT.DC.36/89-Sind.dos T^{ria}nas Ind.de Panif.e Confeita-

AVISO DE RECEBIMENTO

Audiência: 17.05.89 às 08:15 h.

Número do Registrado _____

Data do Registro _____

R E C E B I

Agência 09 de Março de 19 89

Alencar Camargo

(Assinatura do Destinatário)

NOTA - Este recibo deve ser datado e assinado a tinta e devolvido diretamente pela primeira mala como correspondência ordinária a pessoa indicada na fase I
JCJ Mod. 45



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

Junta de Conciliação e Julgamento do _____

(Repartição para onde deve ser devolvido este "AR")

Juntada

Nesta data, faço juntada aos presentes
autos da ata de conciliação do

DC Nº TRT-36109

12/05/05

PERNAMBUCO
BRASIL



41

Poder Judiciário — Justiça do Trabalho 6a. Região
2ª Junta de Conciliação e Julgamento de Maceió

ATA DE CONCILIAÇÃO E INSTRUÇÃO DO DIS-
SÍDIO COLETIVO Nº- TRT 36/89- ENTRE PAR-
TES: SUSCITANTE-SINDICATO DOS TRABALHA-
DORES NAS INDÚSTRIAS DE PANIFICAÇÃO, CON-
FEITARIA, TRIGO, MILHO, SOJA, MANDIOCA, MOAGEM
DE CAFÉ, IND. MASSAS ALIMENTÍCIAS E BISCOI-
TOS NO ESTADO DE ALAGOAS E SUSCITADO -
SINDICATO DA INDÚSTRIA DO TRIGO-MILHO TOR-
REFACÇÃO E MOAGEM DE CAFÉ DE MACEIÓ.

Aos dezessete dias do mês de maio do ano de mil novecentos e oitenta e nove, às oito horas e quinze minutos, na sala de audiências da 2ª Junta de Conciliação e Julgamento de Maceió-AL., presente o Exmº. Sr. Dr. Orlando Jacques da Silva, que por delegação, do Egrégio T.R.T.- da 6ª Região, com base nos arts. 860 e 862 da CLT., preside a presente audiência, compareceram Sr. Presidente do Suscitante Aurélio Cavalcante Vieira, Sr. Oscar Cunha Junior-Presidente do Sindicato Suscitado e Djalma Mendonça Maia Nobre- Patrono do Suscitado e Lindalvo / Paiva Cavalcante também patrono do Suscitante. Aberto os trabalhos, as partes representantes dos Suscitantos e Suscitados, das categorias profissionais e econômicos resolveram acordar, apresentando memorial datilografado em cinco laudas, acompanhadas de procuração, cujo termo vai em anexo, tendo esta Junta encerrada a instrução, determinando a remessa dos autos ao Egrégio T.R.T.- 6ª Região, nos termos do art. 864 da CLT., antes passando pela Procuradoria para a final apreciação e homologação. E para constar foi lavrada a presente ata que vai assinada pelo Senhor Juiz Presidente, digon no exercício da Presidência, pelas partes e por mim Secretária que lavrei a presente ata.

Opaguez
Juiz do Trabalho em exercício na Presidência-Orlando Jacques da Silva

Oscar Cunha Junior
Oscar Cunha Junior-Pres. Sind. Suscitado

Aurélio C. Vieira
Aurélio C. Vieira- Pres. Sind. Suscitante

Djalma M.K. Nobre
Djalma M.K. Nobre- patrono do Suscitado

Lindalvo P. Cavalcante
Lindalvo P. Cavalcante-Patrono do Suscitante

Elenilda S. Santos
Elenilda S. Santos-Dire. Secretária

42

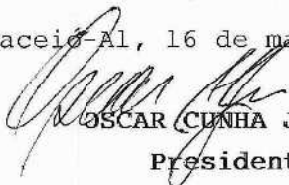
**SINDICATO DA INDÚSTRIA DO TRIGO — MILHO TORREFAÇÃO E MOAGEM
DE CAFÉ DE MACEIÓ**

(Filiado a Federação das Indústrias do Estado de Alagoas)
Edif. CASA DA INDÚSTRIA - Av. Fernandes Lima, 385-5.º Andar - Telefone PABX 221-8288
Telex 822(113) Caixa Postal, 103 - CEP 57055 - Maceió - Alagoas

P R O C U R A Ç ã O

Pelo presente instruemnto particular, o **SINDICATO DA INDÚSTRIA DO TRIGO, MILHO, TORREFAÇÃO E MOAGEM DE CAFÉ DE MACEIÓ**, sito à Avenida Fernandes Lima, 385, 5º andar, Faprol, inscrito no CGC sob nº 12.157.884/0001-59, neste ato representado por seu Presidente **OSCAR CUNHA JUNIOR**, brasileiro, casado, empresário, portador do CPF nº 007.301.494-04, constitui e nomeia seu bastante procurador e advogado **Dr. DJALMA MENDONÇA MAIA NOBRE**, brasileiro, solteiro, CPF nº 239.514.004-04, inscrito na OAB/AL sob nº 2.433, a quem confere os poderes da Cláusula "ad judicia" para o fim especial de representar o outorgante no DC 36/89, instaurado pelo **SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE PANIFICAÇÃO E CONFEITARIA, TRIGO, MILHO, SOJA, MANDIOCA, MOAGEM DE CAFÉ, INDÚSTRIAS DE MASSAS ALIMENTÍCIAS E BISCOITOS NO ESTADO DE ALAGOAS**, podendo para tanto, requerer o que preciso for, consoante os poderes que lhe outorga, inclusive substabelecer.

Maceió-Al, 16 de maio de 1989.


OSCAR CUNHA JUNIOR
Presidente

43

**SINDICATO DA INDÚSTRIA DO TRIGO — MILHO TORREFAÇÃO E MOAGEM
DE CAFÉ DE MACEIÓ**

(Filiado a Federação das Indústrias do Estado de Alagoas)
Edif. CASA DA INDÚSTRIA - Av. Fernandes Lima, 385 - 5.º Andar - Telefone PABX 221-8288
Telex 822(113) Caixa Postal, 108 - CEP 57055 - Maceió - Alagoas

ACORDO JUDICIAL

Processo DC 36/89-TRT-6ª Região

Acordantes: Sindicato da Indústria do Trigo, Milho, Torrefação e Moagem de Café de Maceió
Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Panificação e Confeitaria, Trigo, Milho, Soja, Mandioca, Moagem de Café, Indústrias de Massas Alimentícias e Biscoitos no Estado de Alagoas.

CLÁUSULAS:

1. OBJETO

1.1- Este Acordo Judicial - baseado no Artigo 862 da Consolidação das Leis do Trabalho - tem por finalidade a concessão de aumentos de salários e a estipulação de condições especiais de trabalho, aplicáveis no âmbito das empresas representadas, especificamente às relações individuais de trabalho mantidas entre estas e seus empregados, definidos na cláusula seguinte.

2. BENEFICIÁRIOS

2.1- São beneficiários deste Acordo Judicial os empregados que abrangidos na representação sindical obreira (trabalhadores na Indústria de Torrefação e Moagem de Café - 1º Grupo da CNI do Quadro a que se refere o Artigo 577 da CLT), laboram para as Empresas da Categoria Econômica representadas, excetuados aqueles que embora trabalhando para estas Empresas, pertencem a outras categorias profissionais diferenciadas (§ 3º do artigo 511 da CLT), ou, nelas exercem, ainda que como empregados, atividades correspondentes a profissão liberal (Lei nº 7.316/85).



44

**SINDICATO DA INDÚSTRIA DO TRIGO — MILHO TORREFAÇÃO E MOAGEM
DE CAFÉ DE MACEIÓ**

(Filial da Federação das Indústrias do Estado de Alagoas)
Edif. CASA DA INDÚSTRIA - Av. Fernandes Lima, 335 - 5.º Andar - Telefone PABX 221-8288
Telex 822(113) Caixa Postal, 103 - CEP 57055 - Maceió - Alagoas

3. REAJUSTE SALARIAL

3.1- Os salários vigentes em 1º de maio de 1988 (data base da categoria profissional) serão reajustados em 1º de maio de 1989 (data de reajuste), mediante aplicação do percentual de 846% (oitocentos e quarenta e seis por cento), aqui incluídos os aumentos previstos na lei nº 7.730, de 31 de janeiro de 1989, lei nº 7.737, de 28.02.1989 e Medida Provisória nº 48, de 19 de abril de 1989.

3.2- Os salários dos empregados admitidos após 1º de maio de 1988 (data base) serão atualizados em 1º de maio de 1989, proporcionalmente ao número de meses a partir da admissão.

3.3- Todos os aumentos, adiantamentos ou abonos concedidos pelas empresas aqui representadas a partir de 1º de maio de 1988, serão deduzidos do reajuste salarial previsto no item 3.1, ressalvadas, entretanto as exceções constantes do inciso XII da Instrução Normativa nº 01 do TST.

4. FALTA JUSTIFICADA

4.1- É vedado ao empregador descontar do salário de seus empregados as faltas justificadas e comprovadas através de atestado médico fornecido por profissional credenciado pelo INAMPS, por médico do Serviço Social da Indústria - SESI, ou por médico da empresa (conveniados ou contratados).

5. ABONO AO EMPREGADO ESTUDANTE

5.1- Os empregados matriculados nos cursos secundários ou universitários serão dispensados do serviço nos dias de prestação de provas, somente quando estas coincidirem com o turno de trabalho sendo as faltas remuneradas pelas empresas, desde que comprovem, com documento fornecido pelo estabelecimento de ensino, dentro de 48 (quarenta e oito) horas após a realização das respectivas provas. É condição ainda ao deferimento do abono de dispensa do serviço, que o empregado faça a comunicação às empresas com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência da realização do exame.

D



45

**SINDICATO DA INDÚSTRIA DO TRIGO — MILHO TORREFAÇÃO E MOAGEM
DE CAFÉ DE MACEIÓ**

(Filiado a Federação das Indústrias do Estado de Alagoas)
Edif. CASA DA INDÚSTRIA - Av. Fernandes Lima, 385 - 5º Andar - Telefone PABX 221-8288
Telex 822(113) Caixa Postal, 108 - CEP 57055 - Maceió - Alagoas

6. PARTICIPAÇÃO DE DIRIGENTES SINDICAIS EM CONGRESSOS

6.1- As empresas que contam em seus quadros funcionais com 01 (um) ou mais membros da Diretoria do Sindicato Profissional, poderão, mediante solicitação por escrito da entidade obreira, liberá-los para participação de Congressos e outros eventos de interesse da categoria. Para que se proceda a dispensa do Dirigente Sindical acima prevista, deverá o Sindicato profissional comunicar as empresas com antecedência de 08 (oito) dias, cabendo ao liberado, quando do retorno ao serviço, comprovar a sua participação no evento.

7. COMPROVANTE DE PAGAMENTOS

7.1- As empresas fornecerão comprovantes de pagamento dos salários de seus empregados, discriminando tudo que está sendo pago e descontado.

8. DESCONTO DA CONTRIBUIÇÃO SINDICAL

8.1- As empresas fornecerão ao Sindicato profissional, no mês do desconto da Contribuição Sindical, cópia da Guia do Recolhimento da Contribuição, bem como a relação dos empregados descontados.

9. VALE TRANSPORTE

9.1- Fica assegurado pelas empresas o fornecimento de Vale Transporte aos empregados que fizerem solicitação de acordo com o disposto no Decreto nº 95.247/87.

10. FORNECIMENTO DE UNIFORME DE TRABALHO

10.1- As empresas fornecerão aos seus empregados uniforme de trabalho, quando o uso for obrigatório ou exigido pelas empresas, vedado qualquer desconto, salvo para reposição de unidade inutilizada por culpa ou dolo do empregado.



46

**SINDICATO DA INDÚSTRIA DO TRIGO — MILHO TORREFAÇÃO E MOAGEM
DE CAFÉ DE MACEIÓ**

(Filiado a Federação das Indústrias do Estado de Alagoas)
Edif. CASA DA INDÚSTRIA - Av. Fernandes Lima, 385-5.º Andar - Telefone PABX 221-8288
Telex 822(113) Caixa Postal, 108 - CEP 57055 - Maceió - Alagoas

11. TAXA ASSISTENCIAL

11.1- As empresas descontarão, em folha de pagamento, de todos os empregados não sindicalizados, a título de Taxa Assistencial, no mês de maio de 1989, a quantia correspondente a 5% (cinco por cento) do salário base de cada empregado, recolhendo a referida Taxa ao Sindicato Profissional até o décimo dia útil do mês de junho de 1989.

12. CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

12.1- Fica acordado que as empresas descontarão de seus empregados sindicalizados, a título de Contribuição Social, mensalmente, um percentual de 2% (dois por cento) a incidir sobre o salário base, recolhendo os valores à Tesouraria do Sindicato Profissional até o décimo dia útil do mês subsequente ao do desconto.

13. MULTA POR INFRAÇÃO

13.1- A inobservância do ajustado neste Acordo Judicial, nas obrigações de fazer, acarretará em multa equivalente a 20% (vinte por cento) do valor de referência regional, para o empregador, reduzida à metade se a violação partir do empregado.

14. VIGÊNCIA

14.1- Este Acordo Judicial tem vigência de 1º de maio de 1989 a 30 de abril de 1990.

15. CUSTAS

15.1- As custas deste Processo, a serem arbitradas na forma da lei, serão pagas pelo Sindicato Suscitado.

16. DIRIGENTE SINDICAL - ACESSO A EMPRESA

com intuito de observância da 35/89, da Consolidação

16.1- As empresas permitirão o acesso do Dirigente Sindical, no



47

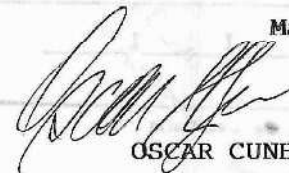
**SINDICATO DA INDÚSTRIA DO TRIGO — MILHO TORREFAÇÃO E MOAGEM
DE CAFÉ DE MACEIÓ**

(Filiado a Federação das Indústrias do Estado de Alagoas)
Edif. CASA DA INDÚSTRIA - Av. Fernandes Lima, 385 - 5.º Andar - Telefone PABX 221-8288
Telex 822(113) Caixa Postal, 103 - CEP 57055 - Maceió - Alagoas

exercício de sua função, em suas dependências, em local determinado pela empresa, nos intervalos ou ao final da jornada diária de trabalho, devendo o Sindicato Profissional comunicar a visita de seus Dirigentes às Entidades Empregadoras, com antecedência mínima de 03 (três) dias da data pretendida para a realização da visita.

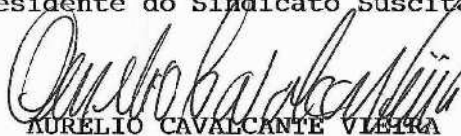
Este **Acordo Judicial**, celebrados nos autos do Processo DC 36/89, foi datilografado em 05 (cinco) laudas, a última das quais com as assinaturas das partes e seus advogados, e as demais contendo a rubrica dos mesmos.

Maceió-Al, 17 de maio de 1989.



OSCAR CUNHA JUNIOR

Presidente do Sindicato Suscitado



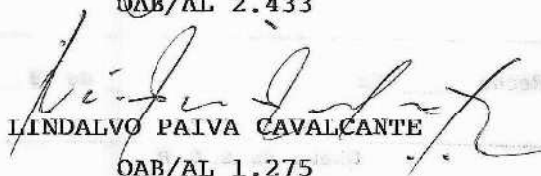
AURELIO CAVALCANTE VIEIRA

Presidente Sindicato Suscitante



DJALMA MENDONÇA MATA NOBRE

OAB/AL 2.433



LINDALVO PAIVA CAVALCANTE

OAB/AL 1.275



REMESSA

Nesta data, faço remessa com presentes
autos a 08. TRT-62 Regies

em 17.05.89

Diretor ou Secretaria

REMESSA

Nesta data faço remessa destes autos
ao 6.8

Recte, 30 de 05 de 19 89

Diretor do S. C. P.

A conta P. R. T.
Re. 31.05.89

José Guedes Corrêa Gondim Filho
Juiz Presidente T.R.T. Sexta Região



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

48

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
Procuradoria Regional da Justiça do Trabalho - 3.ª Região
Nesta data, recebi estes autos do Tribunal Re-
gional do Trabalho

Recife, 31 de 5 de 1989

ATO.

DISTRIBUIÇÃO

Em audiência realizada, nesta data, foi o pro-
cesso distribuído ao Procurador
EVERAULO GASPAR DE ANDRADE.

Recife, 31 de 5 de 1989

ATO.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

49

TRT - DC - 36/89

SUSCITANTE : SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDUSTRIAS DE
PANIFICAÇÃO E CONFEITARIA, TRIGO, MILHO, MAN-
DIOCA, MOAGEM DE CAFÉ, INDUSTRIA DE MASSAS A-
LIMENTICIAS E BISCOITOS NO ESTADO DE ALAGOAS
SUSCITA DO : SINDICATO DA INDUSTRIA DO TRIGO-MILHO TORRETA-
ÇÃO E MOAGEM DE CAFÉ DE MACEIÓ
PROCEDÊNCIA : MACEIÓ - AL

ATA DO ATIVIDADE DO SINDICATO

PARECER

PROCESSO Nº 36/89

As bases da conciliação encontram-se às
fls. 43/47. Tratam de reajuste salarial, justificacão de faltas ,
e abono de empregado estudante, petição de dirigente sindical em
congresso, comprovante de pagamentos, desconto de contribuicão
sindical, vale transporte, fornecimento de uniformens, taxa assis-
tencial, contribuicão social dos empregados sindicalizados, multas
vigência, acesso do dirigente sindical.

Somos pela homologação. Represente a ven-
tade das partes e não ~~refere~~ preceite de ordem pública.

Recife, 06 de junho de 1989.

Everaldo Gaspar Lopes de Andrade
Procurador da Justiça do Trabalho

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

Procuradoria Regional do Trabalho - 6.ª Região

Nesta data, recebidos estes autos do Procurador
NEVERALDO GASPAR DE ANDRADE,

remeto-os ao Tribunal Regional do Trabalho,

Recife, 7 de 6 de 1989

RECEBIDOS NESTA DATA:

Re.

7/6/89

SECRETARIA DO SERVIÇO PROCESSUAL



50
JE

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6.ª REGIÃO
RECIFE

Devolvidos, pela Procuradoria e apresentados ao Exmo. Sr.
Juiz Presidente para distribuição os autos do Proc. TRT- DE - 36/89

Em, 12/6/89

JE

Diretora do Serviço de Processos

DISTRIBUIÇÃO

Sorteado o Relator o Exmo. Sr. **JUIZ FRANCISCO FAUSTO**

Designado o Revisor o Exmo. Sr. **ART. 59 REG. INTERNO-SEM REVISOR.**

Em, 12/6/89

JE

Presidente do TRT - 6ª. Região

Nesta data, Recebi

os presentes autos do Serviço de
Processos.

Recife, 12/06/89.

CONCLUSÃO

Margarete Bica
Margarete Bica
Assessora

Nesta data, faço estes autos conclusos ao Exmo. Sr. Relator,

Em, 12/6/89

JE

Diretora do Serviço de Processos

Visto, ao Exmo. Sr. Revisor.

Em,

JE

Juiz Relator.

CONCLUSÃO

Nesta data, faço estes autos conclusos ao Exmo. Sr. Revisor.

Em,

Assessor (a).

Visto, à Secretaria

Em,

Juiz Revisor.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª. REGIÃO
RECIFE

CERTIDÃO DE JULGAMENTO

PROC. Nº TRT - DC-38/89

CERTIFICO que, em sessão ordinária hoje realizada, sob a presidência do Exmo. Sr. Juiz Gondim Filho, com a presença do representante da Procuradoria Regional do Trabalho da Sexta Região e dos Exmos. Srs. Juízes Francisco Fausto (Relator), Duarte Neto, Clóvis Valença, Milton Lyra, Lourdes Cabral, Irene Queiroz, Francisco Solano, Josias Figueiredo, Benedito Arcanjo, Ricardo Corrêa, Valmir Lima, Hélio Coutinho Fº, Reginaldo Valença e Melqui Roma Fº, resolveu o Tribunal, Pleno, por unanimidade, de acordo com o parecer da Procuradoria Regional, homologar o acordo ce fls. a fim de que produza seus e feitos legais nas seguintes bases: Cláusula 1ª - REAJUSTE SALARIAL - 1.1-Os salários vigentes em 1º de maio de 1988 (data base da categoria profissional) serão reajustados em 1º de maio de 1989 (data de reajuste), mediante aplicação do percentual de 846% (oitocentos e quarenta e seis por cento), aqui incluídos os aumentos previstos na Lei nº 7.730, de 31 de janeiro de 1989, lei nº 7.737, de 28.02.1989 e Medida Provisória nº 48, de 19 de abril de 1989. 1.2-Os salários dos empregados admitidos após 1º de maio de 1988 (data base) serão atualizados em 1º de maio de 1989, proporcionalmente ao número de meses a partir da admissão. 1.3-Todos os aumentos, adiantamentos ou abonos concedidos pela empresa aqui representadas a partir de 1º de maio de 1988, serão deduzidos do reajuste salarial previsto no item 1.1, ressalvadas, entretanto as exceções constantes do inciso XII da Instrução Normativa nº 01 do TST. Cláusula 2ª - FALTA JUSTIFICADA - É vedado ao empregador descontar do salário de seus empregados as faltas justificadas e comprovadas através de atestado médico fornecido-

Certifico e dou fé.

Sala das sessões, de de



52/08

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª. REGIÃO
RECIFE

CERTIDÃO DE JULGAMENTO

PROC. Nº TRT - DC-36/89 f1s.02

CERTIFICO que, em sessão hoje realizada,
sob a presidência do Exmo. Sr. Juiz
com a presença do representante da Procuradoria Regional do Trabalho da Sexta Região e dos
Exmos. Srs. Juízes

..... resolveu o Tribunal,
por profissional credenciado pelo INAMPS, por médico do Serviço
Social da Indústria-Sesi, ou por médico da empresa (conveniados
ou contratados). Cláusula 3ª - ABONO AO EMPREGADO ESTUDANTE- Os
empregados matriculados nos cursos secundários ou universitários
serão dispensados do serviço nos dias de prestação de provas, so-
mente quando estas coincidirem com o turno de trabalho sendo as
faltas remuneradas pelas empresas, desde que comprovem, com docu-
mento fornecido pelo estabelecimento de ensino, dentro de 48 (qua-
renta e oito) horas após a realização das respectivas provas. É
condição ainda ao deferimento do abono de dispensa do serviço,
que o empregado faça a comunicação às empresas com 48 (quarenta e
oito) horas de antecedência da realização do exame. Cláusula 4ª-
PARTICIPAÇÃO DE DIRIGENTES SINDICAIS EM CONGRESSOS - As empresas
que contam em seus quadros funcionais com 01 (um) ou mais membros
da Diretoria do Sindicato Profissional, poderão, mediante solici-
tação por escrito da entidade obreira, liberá-los para participa-
ção de Congressos e outros eventos de interesse da categoria. Pa-
ra que se proceda a dispensa do Dirigente Sindical acima previs-
ta, deverá o Sindicato profissional comunicar as empresas com an-

Certifico e dou fé.

Sala das sessões, de de



53/08

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª. REGIÃO
RECIFE

CERTIDÃO DE JULGAMENTO

PROC. Nº TRT - DC-36/89 fls. 03

CERTIFICO que, em sessão hoje realizada,
sob a presidência do Exmo. Sr. Juiz
com a presença do representante da Procuradoria Regional do Trabalho da Sexta Região e dos
Exmos. Srs. Juízes

..... resolveu o Tribunal,
tecedência de 08(oito) dias, cabendo ao liberado, quando do re-
torno ao serviço, comprovar a sua participação no evento. Cláusula 5ª - COMPROVANTE DA PAGAMENTOS - As empresas fornecerão com -
provantes de pagamento dos salários de seus empregados, discrimi-
nando tudo que está sendo pago e descontado. Cláusula 6ª - DES -
CONTO DA CONTRIBUIÇÃO SINDICAL - As empresas fornecerão ao Sindi-
cato profissional, no mês do desconto da Contribuição Sindical, a
cópia da Guia de Recolhimento da Contribuição, bem como a rela-
ção dos empregados descontados. Cláusula 7ª - VALE TRANSPORTE -
Fica assegurado pelas empresas o fornecimento de Vale Transporte
aos empregados que fizerem solicitação de acordo com o disposto-
no Decreto nº 95.247/87. Cláusula 8ª - FORNECIMENTO DE UNIFORME-
DE TRABALHO - As empresas fornecerão aos seus empregado uniforme
de trabalho, quando o uso for obrigatório ou exigido pelas empre-
sas, vedado qualquer desconto, salvo para reposição de unidade i-
nutilizada por culpa ou dolo do empregado. Cláusula 9ª - TAXA AS-
SITENCIAL - As empresas descontarão, em folha de pagamento, de to-
dos os empregados não sindicalizados, a título de Taxa Assisten-
cial, no mês de maio de 1989, a quantia correspondente a 5%(cin-

Certifico e dou fé.

Sala das sessões, de de



54
08

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6a. REGIÃO
RECIFE

CERTIDÃO DE JULGAMENTO

PROC. Nº TRT - DC-32/89.....fls. 04

CERTIFICO que, em sessão hoje realizada,
sob a presidência do Exmo. Sr. Juiz
com a presença do representante da Procuradoria Regional do Trabalho da Sexta Região e dos
Exmos. Srs. Juízes

..... resolveu o Tribunal,
co por cento) do salário base de cada empregado, recolhendo a re
ferida Taza ao Sindicato Profissional até o décimo dia útil do
mês de junho de 1989. Cláusula 10ª - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - Fica
acordado que as empresas descontarão de seus empregados sindica
lizados, a título de Contribuição Social, mensalmente, um percen
taul de 2%(dois por cento) a incidir sobre o salário base, reco
lhendo valores à Tesouraria do Sindicato Profissional até o déci
mo dia útil do mês subsequente ao do desconto. Cláusula 11ª - MUL
TA POR INFRAÇÃO - A inobservância do ajustado neste acordo judi
cial, nas obrigações de fazer, acarretará em multa equivalente a
20%(vinte por cento) do valor de referência regional, para o em
pregador, reduzida à metade se a violação partir do empregado .
Cláusula 12ª - VIGÊNCIA - Este acordo judicial tem vigência do
1º de maio de 1989 a 30 de abril de 1990. Cláusula 13ª - CUSTAS-
As custas deste Processo, a serem arbitradas na forma da lei, se
rão pagas pelo Sindicato suscitado. Cláusula 14ª - ACESSO A EM
PRESA - As empresas permitirão o acesso do dirigente sindical, no
exercício de sua função, em suas dependências, em local determi
nado pela empresa, nos intervalos ou ao final da jornada diária

Certifico e dou fé.

Sala das sessões, de de



35 / 03

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6a. REGIÃO
RECIFE

CERTIDÃO DE JULGAMENTO

PROC. Nº TRT-DC-39/89.....fls. 06

CERTIFICO que, em sessão hoje realizada,
sob a presidência do Exmo. Sr. Juiz
com a presença do representante da Procuradoria Regional do Trabalho da Sexta Região e dos
Exmos. Srs. Juízes
..... resolveu o Tribunal,
de trabalho, devendo o Sindicato Profissional comunicar a visita
de seus dirigentes às entidades empregadoras, com antecedência -
mínima de 03 (três) dias da data pretendida para a realização da
visita.

Custas sobre 10 (dez) valores de referência pelos suscitados.

Certifico e dou fé.
Sala das sessões, 22 de 06 de 89

CONCLUSÃO

NESTA DATA FAÇO ÊSTES AUTOS CONCLUSOS
AO SR JUIZ Relator

RECIFE, 26 DE 06 DE 19 89

AO

Secretário do Tribunal
TRT - 6ª. Região

Nesta data, devolvo os autos

à Sec. da 2ª Turma, com
Pleno

Acórdão devidamente datilografado.

Recife, 03 / 07 / 89

Jaqueline Reis
C. Lys - Sec.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 6ª. REGIÃO



JUNTADA

Nesta data faço juntada a estes autos, do acórdão que se segue.

Re. _____

[Assinatura]
Chefe do Setor de Publicações
de Acórdãos



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6.ª REGIÃO



Proc. nº TRT - DC - 36/89

Suscitantes: SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE PANIFICAÇÃO E CONFEITARIA, TRIGO, MILHO, SOJA, MANDIOCA, MOAGEM DE CAFÉ, INDÚSTRIA DE MASSAS ALIMENTÍCIAS E BISCOITOS NO ESTADO DE ALAGOAS.

Suscitado : SINDICATO NA INDÚSTRIA DO TRIGO-MILHO TORREFAÇÃO E MOAGEM DE CAFÉ DE MACEIÓ.

A C Ó R D ã O - Ementa:

Dissídio Coletivo. Acordo que se homologa.

Vistos, etc.

Dissídio Coletivo em que figura como suscitante o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Panificação e Confeitaria, Trigo, Milho, Soja, Mandioca, Moagem de Café, Indústria de Massas Alimentícias e Biscoitos no Estado de Alagoas e, como suscitado o Sindicato da Indústria de Trigo-Milho Torrefação e Moagem de Café de Maceió.

Há acordo judicial às fls. 43/47 e se refere a: reajuste salarial, justificação de faltas e abono do empregado estudante, petição de dirigente sindical em Congresso, comprovante de pagamentos, descontos de contribuições sindicais, vale transporte, fornecimento de uniformes, taxa assistencial, contribuição social dos empregados sindicalizados, multa, vigência e acesso do dirigente sindical.

A Procuradoria Regional é pela homologação do presente acordo.

É o relatório.

VOTO:

Dissídio Coletivo. Acordo que se homologa. Nos termos do parecer "o acordo representa a vontade das partes e não fere preceito de ordem pública."

Custas pelos suscitados calcula das sobre 10(dez) valores de referência.



Acórdão—Continuação— Assim A C O R D A M os Juízes do Tribunal Regional do Trabalho da Sexta Região, por unanimidade, de acordo com o parecer da Procuradoria Regional, homologar o acordo de fls. a fim de que produza seus efeitos legais nas seguintes bases: Cláusula 1a. - REAJUSTE SALARIAL - 1.1-Os salários vigentes em 1º de maio de 1988 (data base da categoria profissional) serão reajustados em 1º de maio de 1989 (data de reajuste), mediante aplicação do percentual de 846% (oitocentos e quarenta e seis por cento), aqui incluídos os aumentos previstos na Lei nº 7.730, de 31 de janeiro de 1989, lei nº 7.737, de 28.02.1989 e Medida Provisória nº 48, de 19 de abril de 1989. 1.2-Os salários dos empregados admitidos após 1º de maio de 1988 (data base) serão atualizados em 1º de maio de 1989, proporcionalmente ao número de meses a partir da admissão. 1.3-Todos os aumentos, adiantamentos ou abonos concedidos pelas empresas aqui representadas a partir de 1º de maio de 1988, serão deduzidos do reajuste salarial previsto no item 1.1, ressalvadas, entretanto as exceções constantes do inciso XII da Instrução Normativa nº 01 do TST. Cláusula 2a. - FALTA JUSTIFICADA - É vedado ao empregador descontar do salário de seus empregados as faltas justificadas e comprovadas através de atestado médico fornecido por profissional credenciado pelo INAMPS, por médico do Serviço Social da Indústria-Sesi, ou por médico da empresa (conveniados ou contratados). Cláusula 3a. - ABONO AO EMPREGADO ESTUDANTE-Os empregados matriculados nos cursos secundários ou universitários serão dispensados do serviço nos dias de prestação de provas, somente quando estas coincidirem com o turno de trabalho sendo as faltas remuneradas pelas empresas, desde que comprovem, com documento fornecido pelo estabelecimento de ensino, dentro de 48 (quarenta e oito) horas após a realização das respectivas provas. É condição ainda ao deferimento do abono de dispensa do serviço, que o empregado faça a comunicação às empresas com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência da realização do exame. CLÁUSULA 4a. - PARTICIPAÇÃO DE DIRIGENTES SINDICAIS EM CONGRESSOS- As empresas que contem em seus quadros funcionais com 01 (um) ou mais membros da Diretoria do Sindicato Profissional, poderão, mediante solicitação por escrito da entidade



Acórdão—Continuação— obreira, liberá-los para participação de Congressos e outros eventos de interesse da categoria. Para que se proceda a dispensa do Dirigente Sindical acima prevista, deverá o Sindicato profissional comunicar as empresas com antecedência de 08(oito) dias, cabendo ao liberado, quando do retorno ao serviço, comprovar a sua participação no evento. Cláusula 5a. - COMPROVANTE DE PAGAMENTOS- As empresas fornecerão comprovantes de pagamento dos salários de seus empregados, discriminando tudo que está sendo pago e descontado. Cláusula 6a.- DESCONTO DA CONTRIBUIÇÃO SINDICAL- as empresas fornecerão ao Sindicato profissional, no mês do desconto da Contribuição Sindical, cópia da Guia de Recolhimento da Contribuição, bem como a relação dos empregados descontados. Cláusula 7a.- VALE TRANSPORTE - Fica assegurado pelas empresas o fornecimento de Vale Transporte ao empregados que fizerem solicitação de acordo com o disposto no Decreto nº 95.247/87 . Cláusula 8a. - FORNECIMENTO DE UNIFORME DE TRABALHO- As empresas fornecerão aos seus empregados uniforme de trabalho, quando o uso for obrigatório ou exigido pelas empresas, vedado qualquer desconto, salvo para reposição de unidade inutilizada por culpa ou dolo do empregado. Cláusula 9a.- TAXA ASSISTENCIAL - As empresas descontarão, em folha de pagamento, de todos os empregados não sindicalizados, a título de Taxa Assistencial, no mês de maio de 1989, a quantia correspondente a 5%(cinco por cento) do salário base de cada empregado, recolhendo a referida Taxa ao Sindicato Profissional até o décimo dia útil do mês de junho de 1989. Cláusula 10a. - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - Fica acordado que as empresas descontarão de seus empregados sindicalizados, a título de Contribuição Social, mensalmente, um percentual de 2%(dois por cento) a incidir sobre o salário base, recolhendo valores à Tesouraria do Sindicato Profissional até o décimo dia útil do mês subsequente ao do desconto. Cláusula 11a. - MULTA POR INFRAÇÃO- A inobservância do ajustado neste acordo judicial, nas obrigações de fazer, acarretará em multa equivalente a 20%(vinte por cento) do valor de referência regional, para o empregador, reduzida à metade se a violação partir do empregado. Cláusula 12a.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO

Proc.nº TRL-DC-39/89

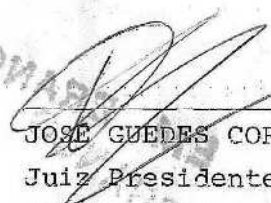
fls.04

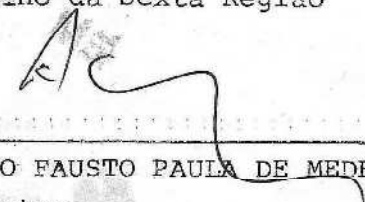


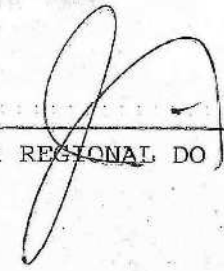
Acórdão—Continuação— VIGÊNCIA- Este acordo judicial tem vigência de 1º de maio de 1989 a 30 de abril de 1990. Cláusula 13a.- CUSTAS- As custas deste Processo, a serem arbitradas na forma da lei, serão pagas pelo Sindicato suscitado. Cláusula 14a.- ACESSO A EMPRESA- As empresas permitirão o acesso do dirigente sindical, no exercício de sua função, em suas dependências, em local determinado pela empresa, nos intervalos ou ao final da jornada diária de trabalho, devendo o Sindicato Profissional comunicar a visita de seus dirigentes às entidades empregadoras, com antecedência mínima de 03(três) dias da data pretendida para a realização da visita.

Custas sobre 10(dez) valores de referência pelos suscitados.

Recife, 22 de junho de 1989.


JOSE GUEDES CORREIA GONDIM FILHO
Juiz Presidente do Tribunal Regional
do Trabalho da Sexta Região


FRANCISCO FAUSTO PAULA DE MEDEIROS
Juiz Relator


PROCURADOR REGIONAL DO TRABALHO



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6.ª REGIÃO
RECIFE

C E R T I D ã O

Certifico que pelo Of. TRT.SPA. Nº 55/89, as conclusões e a ementa do acórdão foram remetidas à Imprensa Oficial do Estado, nesta data.

Recife, 17 JUL 1989

D. Sousa
Chefe do Setor de Publicação de Acórdãos

PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO DA JUSTIÇA
PROC. TRT-Nº 55/89

Certifico que as conclusões e a ementa do acórdão foram publicadas no Diário da Justiça do dia 22 JUL 1989

Recife, 24 JUL 1989

D. Sousa
Chefe do Setor de Publicação de Acórdãos

CERTIDÃO

CERTIFICO que, até a presente data, não
foram interpostos quaisquer recursos.

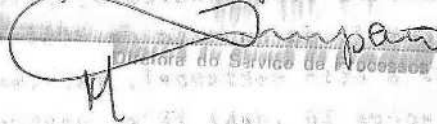
Recife, 15 de agosto de 1989


H

REMESSA

NESTA DATA FAÇO REMESSA DESTES AUTOS
A SECRETARIA JUDICIÁRIA

Recife, 15 de agosto de 1989


H

Recebido(a) do(a) SPO
nesta data
Recife, 15/08/89

H

ELIOIS VALERIO ALVES KILB
Deputado do Parlamento do Estado
de São Paulo



DA : SECRETARIA JUDICIÁRIA DO TRT DA SEXTA REGIÃO

PARA: SINDICATO DA INDÚSTRIA DO TRIGO-MILHO TORREFAÇÃO E
MOAGEM DE CAFÉ DE MACEIÓ

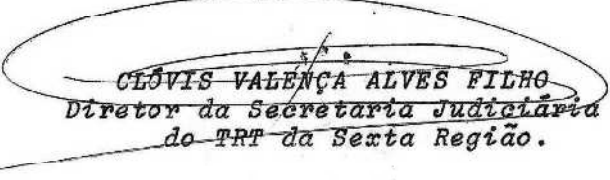
Av. Fernandes Lima, 385 - 5º andar-Farol-Casa da Indústria
Maceió-AL

ASSUNTO: INTIMAÇÃO (PAGAMENTO DE CUSTAS)

Fica esse Sindicato, pela presente, intimado para efetuar o pagamento da quantia de NCZ\$ 16,28 (dezesseis cruzados novos e vinte e oito centavos), referente às custas processuais, calculadas sobre 10 (dez) VR's, devidas nos autos do Dissídio Coletivo nº TRT-DC-36/89, entre partes: SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE PANIFICAÇÃO E CONFEITARIA, TRIGO, SOJA, MANDIOCA, MOAGEM DE CAFÉ, INDÚSTRIA DE MASSAS ALIMENTÍCIAS E BISCOITOS NO ESTADO DE ALAGOAS, suscitantes e SINDICATO DA INDÚSTRIA DO TRIGO-MILHO TORREFAÇÃO E MOAGEM DE CAFÉ DE MACEIÓ, suscitado, conforme determinação constante do acórdão proferido por Este E. Regional, nos autos do dissídio supracitado.

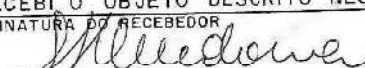
Dada e passada nesta cidade do Recife-PE, aos dezesete dias do mês de agosto de 1989.

Eu, Magdalena do Carmo Barbosa Vita datilo - grafei a presente, que vai assinada pelo Ilmº Sr. Diretor da Secretaria Judiciária.


CLÓVIS VALENÇA ALVES FILHO
Diretor da Secretaria Judiciária
do TRT da Sexta Região.

BR-44/89

DC 36-89

 ECT		AVISO DE RECEBIMENTO - AR		NÚMERO 123273/11	
OBTEN RECIBO NO ENDEREÇO DO DESTINATÁRIO					
PREENCHIDO PELO REMETENTE	NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO Sind. Snd. do Lago Múlio Torreção e moagem de Café				
	ENDEREÇO DO DESTINATÁRIO Av. Fernandes Lima, 385 - 5º andar - Facol. Casa da Indústria				
	CEP 57055	CIDADE Maceio	UF AL	BRASIL	
	NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE Secretaria Judiciaria do TRT				
	ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO da Sexta Região Cais de Apolo, 739 - 4º andar				
	CEP 50030	CIDADE Recife - PE	UF	BRASIL	
DEVOLVER AO REMETENTE COM ASSINATURA DO RECEBEDOR					
RECEBI O OBJETO DESCRITO NESTE AR					
DATA 23/08/89	ASSINATURA DO RECEBEDOR 				

Este E. Regional, nos autos do despacho supracitado, conforme determinação constante do acórdão proferido por

habea e passada nesta cidade de Recife-PE, nos dias 23 de agosto de 1989.

Em Maceio, 23 de agosto de 1989, o Diretor da Secretaria Judiciária, que foi assinado pelo Sr. Diretor da Secretaria Judiciária.

CLÓVIS VALENÇA ALVES FILHO
Diretor da Secretaria Judiciária
do TRT da Sexta Região.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6.ª REGIÃO

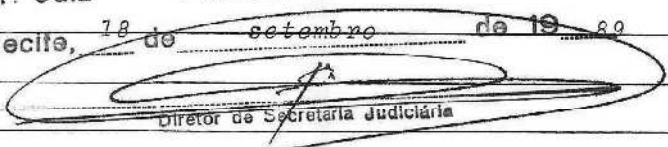


CONCLUSÃO

Nesta data, faço estes autos conclusos ao

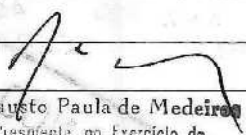
Sr. Juiz **PRESIDENTE**

Recife, 18 de setembro de 1989


Diretor da Secretaria Judiciária

À execução.

Recife, 19/09/1989


Francisco Fausto Paula de Medeiros
Juiz Vice-Presidente no exercício da
Presidência do T.R.T. 6ª Região



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA SEXTA REGIÃO

JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE XX

SECRETARIA JUDICIÁRIA



CONTA DAS CUSTAS E EMOLUMENTOS

Proc. nº DC- / 36/89

Nº	A T O S	Percentual s/ valor de referên- cia	Nº de fls.	Cr\$ Recife e Área Metro- politana	Cr\$ Demais JCU
01	Agravo de Instrumento, p/fl.	3%			
02	Agravo de Petição: para cada va- lor de referência alcançado pe- la sentença de liquidação 4% do referido valor				
03	Fotocópia ou Xerox, p/fl.	2%			
04	Traslados de documentos ou pe- ças de processo p/fl.	2%			
05	Auto de Arrematação, Adjudica- ção e Remição: 5% sobre o res- pectivo valor				
06	Mandado de Penhora, inclusive a tos complementares	8%			
07	Idem acima 20 valores de refe- rência	50%			
08	Carta Precatória, Rogatória e de Ordem (sem prejuízo da cobrança das fotocópias)	10%	01	3,76	
09	Carta de Sentença, Arrematação, Adjudicação e remição - 1a. fl.	5%			
10	Por folha seguinte (sem prejuízo da cobrança das fotocópias)	2,5%			
11	Certidões de qualquer espécie - 1a. folha	5%			
12	Por folha seguinte	2,5%			
13	Embargos à Execução	5%			
14	Embargos de Terceiro	5%			
15	Atos do Contador	5%	01	1,88	
16	Liquidação por cálculo, inclusive de juros da mora, de correção monetária e rateios-para cada va- lor de referência alcançado pelo cálculo 4% do ref. valor				
17	Atos do Juiz:				
a)	assinatura de peça	5%	07	13,16	
b)	sustentação ou reforma de despa- cho	5%			
c)	audiência de instrução e julga- mento	5%	02	3,76	
d)	sentença de Embargos à execução	5%			
e)	Sentença de Embargos de tercei- ros	5%			
f)	Sentença de homologação	5%			
18	Atos da Secretaria:				
a)	Autuação	2%	01	0,75	
b)	Audiência	2%	01	0,75	
c)	Autos de arrematação, adjudica- ção e remição	2%			
d)	Alvará	2%			
e)	Intimação, edital e ofício	2%	03	2,25	
f)	Mandado	2%	01	0,75	
g)	Termos em geral	2%	11	8,25	
h)	Certidão nos autos	2%	04	3,00	

Nº	A T O S	Percentual s/ valor de referên cia	Nº de fls.	Cr\$ Recife e Área Metro politana	Cr\$ Demais JCJ
19	Ato do Avaliador	15%			
20	Atos dos Oficiais de Justiça:				
	I- Autos de penhora, embargos, sequestro, depósito, levanta- mento-				
	a) perímetro urbano e suburbano	5%			
	b) perímetro rural	10%			
	II- Citação, notificação e intima- ção				
	a) perímetro urbano e suburbano	15%			
	b) perímetro rural	30%			
21	Atos dos porteiros de auditó - rios:				
	I- nas arrematações, adjudicações e remições				
	- para cada valor de referência alcançado 8% do referido va - lor				
22	Autenticação de documento:				
	a) por folha	1%			
23	Taxa de armazenagem a ser co- brada pelos Tribunais que pos- suam depósito próprio, por dia de atraso na retirada do bem:				
	a) por dia, até o 10º dia	5%			
	b) por dia, até o 20º dia	8%			
	c) por dia, a partir do 20º dia	2%			
24	Emolumentos				

SOMA

Nº Cr\$

38,31

RESUMO

Valor da Condenação Cr\$
Custas da condenação NCr\$ 16,28
Honorários de perito Cr\$
Honorários de advogado Cr\$
Custas da execução NCr\$ 38,31
TOTAL NCr\$ 54,58

RECIFE, 21 de SETEMBRO de 19 89

Clávia Valença Alves Filho
Diretor de Secretaria
1ª - 6ª, Região



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6.ª REGIÃO
RECIFE



CARTA DE ORDEM EXPEDIDA PELO EXMº SR. JUIZ PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA SEXTA REGIÃO, COMO SE SEGUE:

O EXMº SR. JUIZ JOSÉ GUEDES CORRÊA GONDIM FILHO, PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA SEXTA REGIÃO, em virtude da lei, etc....

FAZ SABER ao Exmº Sr. Juiz Presidente de uma das Juntas de Conciliação e Julgamento de Maceió-AL, que tramita neste E. Regional um Dissídio Coletivo nº TRT-DC-36/89, entre partes: SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE PANIFICAÇÃO E CONFITARIA, TRIGO, MILHO, SOJA, MANDIOCA, MOAGEM DE CAFÉ, INDÚSTRIA DE MASSAS ALIMENTÍCIAS E BISCOITOS NO ESTADO DE ALAGOAS, suscitante e SINDICATO DA INDÚSTRIA DO TRIGO, MILHO, TERREFAÇÃO E MOAGEM DE CAFÉ DE MACEIÓ, suscitado, no qual foi exarado pelo Exmº Sr. Juiz Vice Presidente no exercício da Presidência do TRT da Sexta Região, o seguinte despacho:

"À execução. Recife, 19.09.89. as) Francisco Fausto Paula de Medeiros-Juiz Vice Presidente no exercício da Presidência do TRT da Sexta Região".

Pelo que se passa a presente, a fim de que V. Exa. nela exarando o seu respeitável "CUMpra-SE", faça citar o Sindicato suscitado, à Av. Fernandes Lima, 385-38 andar-Parol- Casa da Indústria-Maceió-AL, para pagar em quarenta e oito (48) horas, ou garantir a execução, a importância de NCZ\$ 54,58 (cinquenta e quatro cruzados novos e cinquenta e oito centavos), referente às custas processuais, incluídas as custas de execução

Caso não pague no prazo supra, proceda-se à execução com as cautelas legais.

Dada e passada nesta cidade do Recife-PE, aos 17 di as do mês de NOVENBRO de 1989.

Eu, Clóvis Valença Alves Filho, diretor da Secretaria Judiciária, fiz datilografar a presente, que vai assinada pelo Exmº Sr. Juiz Presidente,

JOSÉ GUEDES CORRÊA GONDIM FILHO
Presidente do TRT da Sexta Região.

 ECT		AVISO DE RECEBIMENTO - AR		273 NÚMERO	
OBTEN RECIBO NO ENDEREÇO DO DESTINATÁRIO					
PREENCHIDO PELO REMETENTE	NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO <i>Presidência de Muc das JET's de Maceió - AL</i>				
	ENDEREÇO DO DESTINATÁRIO <i>Av. Dr. Moreno e Silva nº 863 - Centro</i>				
	CEP <i>57050</i>	CIDADE <i>Maceió</i>	UF <i>AL</i>	BRASIL	
	NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE <i>Secretaria Judiciária do TRT</i>				
	ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO <i>da Sexta Região</i>				
	CEP <i>Recife - PE</i>	CIDADE <i>Cais do Apolo, 739 - 4º andar</i>	UF <i>PE</i>	BRASIL	
DEVOLVER AO REMETENTE COM ASSINATURA DO RECEBEDOR					
RECEBI O OBJETO DESCRITO NESTE AR					
DATA <i>27.11.89</i>	ASSINATURA DO RECEBEDOR <i>M. Monte</i>				

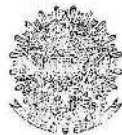
la exat... "33-A-82", faz o...
 este... a Av. Fernandes Lima, 385-48 andar - Frio - Casa
 de Ind...-AL, para pagar em quarenta e oito (48) po-
 res, ou garantia a execução, a importância de R\$25,24 (cin-
 quenta e quatro reais e oitenta e quatro centavos), re-
 ferente às quotas processuais, incluídas as quotas de execução

Caso não pague no prazo supra, procede-se à execução,
 com as cautelas legais.

Data e pressa desta cidade de Maceió-AL, aos
 27 de maio de 1989.

Em,
 Filho, diretor da Secretaria Judiciária, faz declarar
 presente, que vai assinada pelo Sr. Juiz Presidente.

JOSE GUILHERME CORREIA BORDIM FILHO
 Presidente do TRT da Sexta Região.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6.ª REGIÃO



CONCLUSÃO

Nesta data, faço estes autos conclusos ao

Sr Juiz **PRESIDENTE**

Recife, 26 de ago de 19 90


Diretor de Secretaria Judiciária

Espeça-se o Mandado de Cituação.

Recife, 02 / 05 / 1990.


Milton Lyra
Juiz Presidente do TRT 6ª Região



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6.ª REGIÃO
RECIFE



Ofício TRT-SJ-355/90

Recife, 21 de maio de 1990.

Exmº Sr. Presidente:

Por determinação do Exmº Sr. Juiz Presidente deste E. Tribunal, sirvo-me do presente para encaminhar a V. Exª o Mandado de Citação referente ao processo nº TRT-DC-36/89, entre partes: SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE PANIFICAÇÃO E CONFEITARIA, TRIGO, MILHO, SOJA, MANDIOCA, MOAGEM DE CAFÉ, INDÚSTRIA DE MASSAS ALIMENTÍCIAS E BISCOITOS NO ESTADO DE ALAGOAS, suscitante e SINDICATO DA INDÚSTRIA DO TRIGO-MILHO TORREFAÇÃO E MOAGEM DE CAFÉ DE MACEIÓ, suscitado.

Na oportunidade, apresento a V. Exª protestos de elevada estima e distinta consideração.

CLÓVIS VALENÇA ALVES FILHO

Diretor da Secretaria Judiciária
do TRT da Sexta Região

EXMº SR.

JUIZ PRESIDENTE DE

UMA DAS JCJ's de MACEIÓ- AL.

AV. DR. Moreira e Silva nº863

Maceió - AL.

CEP. 57.000
TRT - Mod. 45

384

K-36/89 384

 ECT BRASIL		AVISO DE RECEBIMENTO-AR OBJETO DE SERVIÇO SERVICE DES POSTES		AVIS C5 (OBJETOS DESTINADOS AO EXTERIOR) ☐ DE RECEBIMENTO DE RECEPCION ☐ DE PAGAMENTO DE PAIEMENT	
AGENCIA DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT <i>su-Leo Linf</i>		Nº DO OBJETO / No <i>1648304/04</i>		DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT <i>24-05-90</i>	
PREENCHIDO PELO REMETENTE	NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE <i>Iluz Pandente de uma das JCI'S Argoas</i>				
	ENDEREÇO / ADRESSE <i>Av. Dr. Moreira e Silva nº 863</i>				
	CEP / CODE POSTAL <i>57.000</i>		CIDADE E UF / LOCALITÉ ET PAYS <i>Recife - PE</i>		
	NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR Secretaria Judiciária do TRT				
ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE <i>Sexta Região</i>					
CEP / CODE POSTAL <i>Recife - PE</i>		CIDADE / LOCAL <i>Recife - PE</i>		UF BRASIL	
ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU DESTINATAIRE <i>[Signature]</i>			ASSINATURA DO FUNCIONÁRIO / SIGNATURE DE L'AGENT <i>[Signature]</i>		

75170392-3 *24/05/90* 26 x 105 x 148 mm



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6.ª REGIÃO
RECIFE



MANDADO DE CITAÇÃO

O EXMº SR. JUIZ MILTON LYRA, JUIZ PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA SEXTA REGIÃO, em virtude da lei, etc.....

MANDA o Oficial de Justiça Avaliador, que a vista do presente mandado, passado a favor da FAZENDA NACIONAL em seu fiel cumprimento, cite o SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE PANIFICAÇÃO E CONFEITARIA, TRIGO, MILHO, SOJA, MANDIOCA, MOAGEM DE CAFÉ, INDÚSTRIA DE MASSAS ALIMENTÍCIAS E BISCOITOS, NO ESTADO DE ALAGOAS, com endereço à Av. Fernandes Lima, 385- 5º andar - Farol- Maceió - AL-, para efetuar o pagamento da quantia de Cr\$ 598,10 (quinhentos e noventa e oito cruzeiros e dez centavos), no prazo de 48 (quarenta e oito), horas, ou garantir a execução, sob pena de penhora, cuja importância refere-se às custas processuais, incluídas as custas de execução, devidas nos autos do processo nº TRT-DC-36/89, entre partes: SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE PANIFICAÇÃO E CONFEITARIA, TRIGO, MILHO, SOJA, MANDIOCA, MOAGEM DE CAFÉ, INDÚSTRIA DE MASSAS ALIMENTÍCIAS E BISCOITOS NO ESTADO DE ALAGOAS, suscitante e SINDICATO DA INDÚSTRIA DE TRIGO-MILHO TORREFAÇÃO E MOAGEM DE CAFÉ DE MACEIÓ, suscitado, face aos despachos a seguir transcritos:

"À execução, Recife, 19.09.89. as) Francisco Fausto Paula de Medeiros-Juiz Vice-Presidente no exercício da Presidência do TRT da Sexta Região".

"Expeça-se o Mandado de Citação. Recife, 02.05.90. as) Milton Lyra-Juiz Presidente do TRT da Sexta Região".

Caso não pague nem garanta a execução no prazo supra, proceda-se a penhora em tantos bens quantos bastem para o integral pagamento do débito, procedendo-se à respectiva avaliação, e que cumprirá na forma da lei.

Dado e passado na cidade do Recife-PE, aos onze dias do mês de maio de mil novecentos e noventa.

Eu,  CLÓVIS VALENÇA ALVES FILHO, Diretor da Secretaria Judiciária do TRT da Sexta Região, fiz datilografar a presente, que vai assinado pelo Exmº Sr. Juiz Presidente.


MILTON LYRA
JUIZ PRESIDENTE DO TRT DA
SEXTA REGIÃO.

JUNTA DA

— Do Mandado de Citacao —

Recife, 05 de Setembro de 1990

Mirza Ghallo

1. The first step is to identify the problem or question that needs to be answered. This involves understanding the context and the specific requirements of the task.

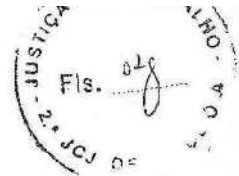
Das ist eine große Sache, die wir nicht leichtfertig
nehmen dürfen. Wir müssen uns sehr genau überlegen,
was wir tun wollen, und wir müssen uns sehr genau
überlegen, was wir tun können. Wir müssen uns sehr
genau überlegen, was wir tun müssen.

071710

1973
 JUL 10
 1973



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6.ª REGIÃO
RECIFE



MANDADO DE CITACÃO

O EXMO SR. JUIZ MILTON LYRA, JUIZ PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA SEXTA REGIÃO, em virtude de da lei, etc.....

MANDA o Oficial de Justiça Avaliador, que a vista do presente mandado, passado a favor da FAZENDA NACIONAL em seu fiel cumprimento, cite o SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE PANIFICAÇÃO E CONFEITARIA, TRIGO, MILHO, SOJA, MANDIOCA, MOAGEM DE CAFÉ, INDÚSTRIA DE MASSAS ALIMENTÍCIAS E BISCOITOS NO ESTADO DE ALAGOAS, com endereço à Av. Fernandes Lima, 385- 59 andar - Farol- Maceió - AL-, para efetuar o pagamento da quantia de Cr\$ 598,10 (quinhentos e noventa e oito cruzeiros e dez centavos), no prazo de 48 (quarenta e oito), horas, ou garantir a execução, sob pena de penhora, cuja importância refere-se às custas processuais, incluídas as custas de execução, devidas nos autos do processo nº TRT-DC-36/89, entre partes: SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE PANIFICAÇÃO E CONFEITARIA, TRIGO, MILHO, SOJA, MANDIOCA, MOAGEM DE CAFÉ, INDÚSTRIA DE MASSAS ALIMENTÍCIAS E BISCOITOS NO ESTADO DE ALAGOAS, suscitante e SINDICATO DA INDÚSTRIA DE TRIGO-MILHO TORREFAÇÃO E MOAGEM DE CAFÉ DE MACEIÓ, suscitado, face aos despachos a seguir transcritos:

"À execução, Recife, 19.09.89. as) Francisco Fausto Paula de Medeiros-Juiz Vice-Presidente no exercício da Presidência do TRT da Sexta Região".

"Espeça-se o Mandado de Citação. Recife, 02.05.90. as) Milton Lyra-Juiz Presidente do TRT da Sexta Região".

Caso não pague nem garanta a execução no prazo supra, proceda-se a penhora em tantos bens quantos bastem para o integral pagamento do débito, procedendo-se à respectiva avaliação, o que cumprirá na forma da lei.

Dado e passado na cidade do Recife-PE, aos onze dias do mês de maio de mil novecentos e noventa.

Eu, CLÓVIS VALENÇA ALVES FILHO, Diretor da Secretaria Judiciária do TRT da Sexta Região, fiz datilografar a presente, que vai assinado pelo Exmo Sr. Juiz Presidente.

MILTON LYRA
JUIZ PRESIDENTE DO TRT DA
SEXTA REGIÃO.

Recebido em
05.06.90
Valença

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ PRESIDENTE DA SEGUNDA JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE MACEIÓ - ESTADO DE ALAGOAS.



2.ª J C J DE MACEIÓ
Protocolo 3142/90
Livro 08 Fls. 85
Hora 14:07 h
Dia Quinta - Folia
Data 19/07/90
2
Encarregado do Protocolo

*cite-se o Sindicato
patronal, digo, da
categoria profes-
sional.*

Em 19/07/90

de 03/89

O SINDICATO DA INDÚSTRIA DE TRIGO, MILHO, TORREFAÇÃO E MOAGEM DE CAFÉ DE MACEIÓ, qualificado no Proc. nº TRT-DC-36/89, vem, por seu advogado subassinado expor e ao final requerer o seguinte:

1. Através de precatória, oriunda do TRT da 5ª Região, Vossa Excelência ordenou o cumprimento do mandado de citação (em anexo), efetuado pelo senhor oficial de justiça designado.

2. Ocorre, que, embora no referido mandado esteja assinado o endereço do Sindicato ora peticionário, a citação foi realizada equivocadamente, uma vez que, consoante se insere no aludido documento judicial, a citação é dirigida ao Sindicato profissional e não da Categoria Econômica.

Assim, ao tempo em que procede a devolução da cópia do sobredito mandado, requer seja este cumprido devidamente, citando-se o executado, qual seja, o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Panificação e Confeitaria, Trigo, Milho, Soja, Mandioca, Moagem de Café, nas Indústrias de Massas Alimentícias e Biscoitos no Estado de Alagoas, considerando que o Requerente não é parte na presente execução.

Nestes Termos,

Pede Deferimento.

Maceió, 19 de julho de 1990

Ciente em 25/07/90
[Assinatura]

[Assinatura]
RICARDO DE ALBUQUERQUE TENORIO
Advogado - OAB/AL nº 1771

JUNTADA

Nesta data faço juntada aos
presentes autos do 1º. Inst. nº

3693/90 que versa

Maceió, 23/08/90

[Assinatura]
Diretor de Secretaria

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE PANIFICAÇÃO E CONFEITARIA

Trigo, Milho, Soja, Mandioca, Moagem de Café, Ind. de Massas Alimentícias e Biscoitos no Est. de Alagoas

Fundado: em 09/10/1931

C G C 12321329/0001-33

Av. Moreira Lima, 629 - Centro - Fone 223-2710
Maceió - Alagoas

Exmo. Sr. Dr. Juiz do Trabalho,
Presidente da 2ª Junta de Conciliação e Julgamento de Maceió - Alagoas

Processo nº TRT-DC 36/89

*Remeter-se ao Egrégio
TRT para que seja es-
clarecido a quem incum-
be o pagamento das cus-
tas - face as alegações
das partes.*
MM. Juizador. *Em 23/08/90*

2ª J C J DE MACEIO

Protocolo 3693/90

Livre 02 Fls. 100

Hora 09:47h

Dia Quinta - Febra

Data 23/08/1990

[Assinatura]
Encarregado do Protocolo

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Panificação e Confeitaria, trigo, milho, soja, moagem de café, indústria de massas alimentícias e biscoitos no Estado de Alagoas, por seu assessor jurídico, "ut" instrumento arquivado na Secretaria dessa MM. JCJ., signatário da presente, nos autos do processo nº TRT-DC 36/89, em que é o SUSCITANTE foi notificado por essa MM. JCJ. que deveria, no prazo de 48 horas, pagar as custas processuais, conforme determinação do Egrégio Tribunal.

Consoante a exame procedido nos autos, verificamos que, as fls. nº 04 da respeitável sentença, consta que o ônus das custas processuais, é dos suscitados e não do suscitante.

O próprio MANDATO DE CITAÇÃO, demonstra o erro cometido pela Digníssima Secretaria do Tribunal, ao citar o nome do suscitante com o endereço do suscitado. Dai a confusão gerada.

Pelo exposto é a presente para requerer a V. Exª., se digne mandar retificar os termos do mandato de citação, para afinal, cientificar os suscitados para o cumprimento da determinação do TRT.

Junte-se aos autos

Termos em que pede deferimento.

Maceió, 28 de julho de 1.990

[Assinatura]
Darlan Garcia
Assistente Sindical



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO
RECIFE



MANDADO DE CITACÃO

O EXMº SR. JUIZ MILTON LYRA, JUIZ PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA SEXTA REGIÃO, em virtude de da lei, etc.....

MANDA o Oficial de Justiça Avaliador, que a vista do presente mandado, passado a favor da FAZENDA NACIONAL em seu fiel cumprimento, cite o SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE PANIFICAÇÃO E CONFEITARIA, TRIGO, MILHO, SOJA, MANDIOCA, MOAGEM DE CAFÉ, INDÚSTRIA DE MASSAS ALIMENTÍCIAS E BISCOITOS NO ESTADO DE ALAGOAS, com endereço à Av. Fernandes Lima, 385- 5º andar - Farol - Maceió - AL -, para efetuar o pagamento da quantia de Cr\$ 598,10 (quinhentos e noventa e oito cruzeiros e dois centavos), no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, ou garantir a execução, sob pena de penhora, cuja importância refere-se às custas processuais, incluídas as custas de execução, devidas nos autos do processo nº TRT-DC-36/85, entre partes: SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE PANIFICAÇÃO E CONFEITARIA, TRIGO, MILHO, SOJA, MANDIOCA, MOAGEM DE CAFÉ, INDÚSTRIA DE MASSAS ALIMENTÍCIAS E BISCOITOS NO ESTADO DE ALAGOAS, suscitante e SINDICATO DA INDÚSTRIA DE TRIGO-MILHO TERREFAÇÃO E MOAGEM DE CAFÉ DE MACEÍO, suscitado, face aos despachos a seguir transcritos:

"À execução. Recife, 19.09.85. an) Francisco Fausto Paula de Medeiros-Juiz Vice-Presidente no exercício da Presidência do TRT da Sexta Região".

"Expeça-se o Mandado de Citacão. Recife, 09.08.86. ac) Milton Lyra-Juiz Presidente do TRT da Sexta Região".

Caso não pague nem garanta a execução no prazo supra, proceda-se a penhora em tantos bens quantos bastarem para o integral pagamento do débito, procedendo-se à respectiva avaliação, o que cumprirá na forma da lei.

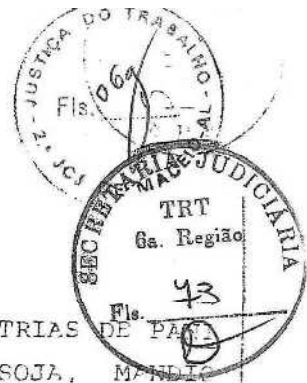
Dado e passado na cidade de Recife-PE, aos onze dias do mês de maio de mil novecentos e noventa.

Eu, CLÓVIS VALENÇA ALVES FILHO, Diretor da Secretaria Judiciária do TRT da Sexta Região, fiz datilografar a presente, que vai assinado pelo Exmº Sr. Juiz Presidente.

MILTON LYRA
JUIZ PRESIDENTE DO TRT DA
SEXTA REGIÃO.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6.ª REGIÃO



Proc. nº TRT - DC - 36/89

Suscitantes: SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE PANIFICAÇÃO E CONFEITARIA, TRIGO, MILHO, SOJA, MANDIOCA, MOAGEM DE CAFÉ, INDÚSTRIA DE MASSAS ALIMENTÍCIAS E BISCOITOS NO ESTADO DE ALAGOAS,

Suscitado : SINDICATO NA INDÚSTRIA DO TRIGO-MILHO TORREFAÇÃO E MOAGEM DE CAFÉ DE MACEIÓ.

A C O R D ã O - Ementa: Dissídio Coletivo. Acordo que se homologa.

Vistos, etc.

Dissídio Coletivo em que figura como suscitante o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Panificação e Confeitaria, Trigo, Milho, Soja, Mandioca, Moagem de Café, Indústria de Massas Alimentícias e Biscoitos no Estado de Alagoas e, como suscitado o Sindicato da Indústria de Trigo-Milho Torrefação e Moagem de Café de Maceió.

Há acordo judicial às fls. 43/47 e se refere a: reajuste salarial, justificção de faltas e abono do empregado estudante, petição de dirigente sindical em Congresso, comprovante de pagamentos, descontos de contribuições sindicais, vale transporte, fornecimento de uniformes, taxa assistencial, contribuição social dos empregados sindicalizados, multa, vigência e acesso do dirigente sindical.

A Procuradoria Regional é pela homologação do presente acordo.

E o relatório.

VOTO:

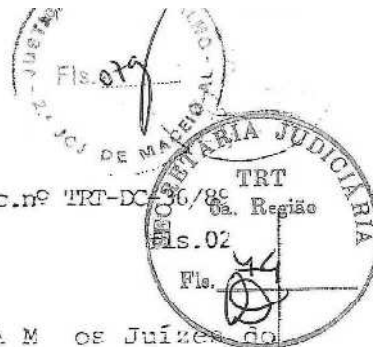
Dissídio Coletivo. Acordo que se homologa. Nos termos do parecer "o acordo representa a vontade das partes e não fere preceito de ordem pública."

Custas pelos suscitados calculadas sobre 10 (dez) valores de referência.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6.ª REGIÃO

Proc. nº TRT-DC-36/89 6.ª Região



Acórdão—Continuação— Assim A C O R D A M os Juizes do Tribunal Regional do Trabalho da Sexta Região, por unanimidade, de acordo com o parecer da Procuradoria Regional, homologar o acordo de flc. a fim de que produza seus efeitos legais nas seguintes bases: Cláusula 1ª. - REAJUSTE SALARIAL - 1.1-Os salários vigentes em 19 de maio de 1988 (data base da categoria profissional) serão reajustados em 19 de maio de 1989 (data de reajuste), mediante aplicação do percentual de 846% (oitocentos e quarenta e seis por cento), aqui incluídos os aumentos previstos na Lei nº 7.730, de 31 de janeiro de 1989, lei nº 7.737, de 28.02.1989 e Medida Provisória nº 48, de 19 de abril de 1989. 1.2-Os salários dos empregados admitidos após 19 de maio de 1988 (data base) serão atualizados em 19 de maio de 1989, proporcionalmente ao número de meses a partir da admissão. 1.3-Todos os aumentos, adiantamentos ou abonos concedidos pelas empresas aqui representadas a partir de 19 de maio de 1988, serão deduzidos do reajuste salarial previsto no item 1.1, ressalvadas, entretanto as exceções constantes do inciso XII da Instrução Normativa nº 01 do TST. Cláusula 2ª. - FALTA JUSTIFICADA - É vedado ao empregador descontar do salário de seus empregados as faltas justificadas e comprovadas através de atestado médico fornecido por profissional credenciado pelo INAMPS, por médico do Serviço Social da Indústria-Sesi, ou por médico da empresa (conveniados ou contratados). Cláusula 3ª. - ABONO AO EMPREGADO ESTUDANTE-Os empregados matriculados nos cursos secundários ou universitários serão dispensados do serviço nos dias de prestação de provas, somente quando estas coincidirem com o turno de trabalho sendo as faltas remuneradas pelas empresas, desde que comprovem, com documento fornecido pelo estabelecimento de ensino, dentro de 48 (quarenta e oito) horas após a realização das respectivas provas. A condição ainda no deferimento do abono de dispensa do serviço, que o empregado faça a comunicação às empresas com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência da realização do exame. CLÁUSULA 4ª. - PARTICIPAÇÃO DE DIRIGENTES SINDICAIS EM CONGRESSOS- As empresas que contam em seus quadros funcionais com 01(um) ou mais membros da Diretoria do Sindicato Profissional, poderão, mediante solicitação por escrito da entidade



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6.ª REGIÃO

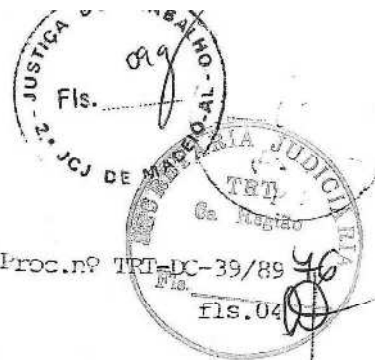
Proc. nº TRT-DC-36/89



Acórdão—Continuação— obreira, liberá-los para participação de Congressos e outros eventos de interesse da categoria. Para que se proceda a dispensa do Dirigente Sindical acima prevista, deverá o Sindicato profissional comunicar as empresas com antecedência de 08(oito) dias, cabendo ao liberado, quando do retorno ao serviço, comprovar a sua participação no evento. Cláusula 5a. - COMPROVANTE DE PAGAMENTOS- As empresas fornecerão comprovantes de pagamento dos salários de seus empregados, discriminando tudo que está sendo pago e descontado. Cláusula 6a. - DESCONTO DA CONTRIBUIÇÃO SINDICAL- as empresas fornecerão ao Sindicato profissional, no mês do desconto da Contribuição Sindical, cópia da Guia de Recolhimento da Contribuição, bem como a relação dos empregados descontados. Cláusula 7a. - VALE TRANSPORTE - Fica assegurado pelas empresas o fornecimento de Vale Transporte ao empregados que fizerem solicitação de acordo com o disposto no Decreto nº 95.247/87. Cláusula 8a. - FORNECIMENTO DE UNIFORME DE TRABALHO- As empresas fornecerão aos seus empregados uniforme de trabalho, quando o uso for obrigatório ou exigido pelas empresas, vedado qualquer desconto, salvo para reposição de unidade inutilizada por culpa ou dolo do empregado. Cláusula 9a. - TAXA ASSISTENCIAL - As empresas descontarão, em folha de pagamento, de todos os empregados não sindicalizados, a título de Taxa Assistencial, no mês de maio de 1989, a quantia correspondente a 5% (cinco por cento) do salário base de cada empregado, recolhendo a referida Taxa ao Sindicato Profissional até o décimo dia útil do mês de junho de 1989. Cláusula 10a. - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - Fica acordado que as empresas descontarão de seus empregados sindicalizados, a título de Contribuição Social, mensalmente, um percentual de 2% (dois por cento) e incidir sobre o salário base, recolhendo valores à Tesouraria do Sindicato Profissional até o décimo dia útil do mês subsequente ao do desconto. Cláusula 11a. - MULTA POR INFRAÇÃO- A inobservância do ajustado neste acordo judicial, nas obrigações de fazer, acarretará em multa equivalente a 20% (vinte por cento) do valor de referência regional, para o empregador, reduzida à metade se a violação partir do empregado. Cláusula 12a.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6.ª REGIÃO



Acórdão—Continuação— VIGÊNCIA- Este acordo judicial tem vigência de 1º de maio de 1989 a 30 de abril de 1990. Cláusula 13a.- CUSTAS- As custas deste Processo, a serem arbitradas na forma da lei, serão pagas pelo Sindicato suscitado. Cláusula 14a.- ACESSO A EMPRESA- As empresas permitirão o acesso do dirigente sindical, no exercício de sua função, em suas dependências, em local determinado pela empresa, nos intervalos ou ao final da jornada diária de trabalho, devendo o Sindicato Profissional comunicar a visita de seus dirigentes às entidades empregadoras, com antecedência mínima de 03 (três) dias da data pretendida para a realização da visita.
Custas sobre 10 (dez) valores de referência pelos suscitados.
Recife, 22 de junho de 1989.

JOSE CEBDES CORRÊA GONDIM FILHO
Juiz Presidente do Tribunal Regional
do Trabalho da Sexta Região

FRANCISCO FAUSTO PAULA DE MEDEIROS
Juiz Relator

PROCURADOR REGIONAL DO TRABALHO

REMESSA

Nesta data, faço remessa com presentes
autos a a Egrégio T.R. 6ª Reg. C.

maio, 24. 108 190

Respons
Diretor da Secretaria Julia

REMESSA

Nesta data, faço remessa com

ap S. J.

Recebo 03

09

90

pl DA
Diretor do S. C. P.

Recebido em 03/09/90

Às 11:10 horas

Do (a) S. C. P.

[Assinatura]
Secretaria Judiciária



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6.ª REGIÃO

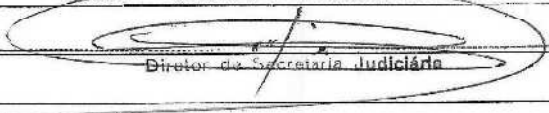


CONCLUSÃO

Nesta data, faço os autos conclusos ao

Sr Juiz PRESIDENTE

Recife, 05 de setembro de 1990


Diretor da Secretaria Judiciária

Expeça-se mandado de citação para cobrar
do suscitado as custas processuais arbitradas na sentença norma-
tiva a serem calculadas sobre 10 valores de referência.

Recife, 12/09/90



Milton Lyra
Juiz Presidente do TRI 6.ª Região



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6.ª REGIÃO
RECIFE



DA : SECRETARIA JUDICIÁRIA DO TRT DA SEXTA REGIÃO
PARA : SINDICATO DA INDÚSTRIA DO TRIGO-MILHO TORREFAÇÃO E
MOAGEM DE CAFÉ DE MACEIÓ
Av. Fernandes Lima, 385 - 5º andar- Farol - Maceió -AL
CEP: 57.055

ASSUNTO: INTIMAÇÃO (PAGAMENTO DE CUSTAS)

Fica esse Sindicato pela presente intimado do inteiro teor do despacho exarado pelo Exmº Sr. Juiz Presidente, nos autos do processo nº TRT-DC-36/89, entre partes: SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE PANIFICAÇÃO E CONFEITARIA, TRIGO, MILHO, SOJA, MANDIOCA, MOAGEM DE CAFÉ INDÚSTRIA DE MASSAS ALIMENTÍCIAS E BISCOITOS NO ESTADO DE ALAGOAS, suscitante e SINDICATO DA INDÚSTRIA DO TRIGO-MILHO TORREFAÇÃO E MOAGEM DE CAFÉ DE MACEIÓ, suscitado, a seguir transcrito:

"Expeça-se mandado de citação para cobrar do suscitado as custas processuais arbitradas na sentença normativa a serem calculadas sobre 10 valores de referência. Recife, 12.02.90. as) Milton Lyra-Juiz Presidente do TRT da Sexta Região".
O valor das custas importa em 417,82 (quatrocentos e dezesse te cruzeiros e oitenta e dois centavos).

Dada e passada nesta cidade do Recife-PE, aos treze dias do mês de setembro de mil novecentos e noventa.

Eu, Magdalena do Carmo Barbosa Vita datilografei a presente, que vai assinada pelo Ilmº Sr. Diretor da Secretaria Judiciária.

CLÓVIS VALENÇA ALVES FILHO

Diretor da Secretaria Judiciária
do TRT da Sexta Região.

JUNTADA

Nesta data faço juntada a estes autos

o a Carta de Ordem Nº
07/89, de 15 JCS de Maciá.

Recife, 20 de setembro de 1980


Diretor de Secretaria Judiciária

Devolter
p/ TRT



PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO
JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE Maceió

E X E C U Ç Ã O

ASSUNTO: *da Carta de Ordem 07/89*

1ª vez 06.08.90 - 14.55
2ª 11 17.08.90 - 14.55

Suscitante, Sind: Sind. dos Trab. nas
Ind. de Panif. e Conf. Trigo, Milho, Soja, Mandioca,
Moagem de Café, Indústria de Massas Alimentícias

Suscitado: Sindicato da Indústria do Trigo,
Milho, Torrefação e Moagem de Café de Maceió.

AUTUAÇÃO

Aos 27 dias do mês de Novembro do ano
de 1989, nesta Cidade de Maceió - Alagoas, e
na Secretaria da Junta de Conciliação e Jul-
gamento, autua a presente Carta de Ordem.


Mabel Rôze Cavalcanti Silva
Diretora de Secretaria.

JUSTIÇA DO TRABALHO

JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO

DISTRIBUIÇÃO

Reclamante SIN/DOS T.NAS IND/DE P.E;C.T.M. M.I. ESTADO

Reclamado SIN/DA IND/DO T.M.TRRET/E M.CABE DE MACEIO.

Local: Maceio

Data: 27.11.89

N.º D-772

Objeto: Carta De Ordem Expedida Pelo EXMº SR. JUIZ
Presidente De TRT Da Sexta Região.
Proc.NºTRT-DC-36/89.

Audiência:-À Execução.

ESPÉCIE

Verbal

☒ Escrita (S/) Documentos

Distribuído à..... 1ª Junta de Conciliação e Julgamento

Juiz Distribuidor

Distribuidor





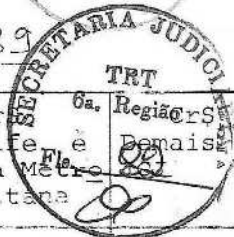
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA SEXTA REGIÃO

1ª JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE Maceió

Carta de Obediência

CONTA DAS CUSTAS E EMOLUMENTOS

Proc. nº 07/89

Nº	A T O S	Percentual s/ valor de referên- cia	Nº de fls.	Crédito Recife e Área Metró- politana	6ª. Região e demais áreas
01	Agravo do Instrumento, p/fl.	3%			
02	Agravo de Petição: para cada va- lor de referência alcançado pe- la sentença de liquidação 4% do referido valor				
03	Fotocópia ou Xerox, p/fl.	2%			
04	Traslados de documentos ou pe- ças de processo p/fl.	2%			
05	Auto de Arrematação, Adjudica- ção e Remição: 5% sobre o res- pectivo valor				
06	Mandado de Penhora, inclusive a tos complementares	8%			
07	Idem acima 20 valores de refe- rência	50%			
08	Carta Precatória, Rogatória e de Ordem (sem prejuízo da cobrança das fotocópias)	10%			
09	Carta de Sentença, Arrematação, Adjudicação e remição - 1a. fl.	5%			
10	Por folha seguinte (sem prejuízo da cobrança das fotocópias)	2,5%			
11	Certidões de qualquer espécie - 1a. folha	5%			
12	Por folha seguinte	2,5%			
13	Embargos à Execução	5%			
14	Embargos de Terceiro	5%			
15	Atos do Contador	5%			
16	Liquidação por cálculo, inclusive de juros da mora, de correção monetária e rateios-para cada va- lor de referência alcançado pelo cálculo 4% do ref. valor				3,20
17	Atos do Juiz:				
a)	assinatura de peça	5%			
b)	sustentação ou reforma de despa- cho	5%			
c)	audiência de instrução e julga- mento	5%			
d)	sentença de Embargos à execução	5%			
e)	Sentença de Embargos de tercei- ros	5%			
f)	Sentença de homologação	5%			
18	Atos da Secretaria:				
a)	Autuação	2%			
b)	Audiência	2%			
c)	Autos de arrematação, adjudica- ção e remição	2%			
d)	Alvará	2%			
e)	Intimação, edital e ofício	2%			
f)	Mandado	2%			
g)	Termos em geral	2%			
h)	Certidão nos autos	2%			6,5

Nº	A T O S	Percentual s/ valor de referên- cia	Nº de fls.	Cr\$ Recife e Área Metro- politana	Cr\$ Demais JCJ
19	Ato do Avaliador	15%			
20	Atos dos Oficiais de Justiça:				
	I- Autos de penhora, embargos, sequestro, depósito, levantamento-				
	a) perímetro urbano e suburbano	5%			
	b) perímetro rural	10%			
	II- Citação, notificação e intimação				
	a) perímetro urbano e suburbano	15%			
	b) perímetro rural	30%			
21	Atos dos porteiros de auditórios:				
	I- nas arrematações, adjudicações e remições				
	- para cada valor de referência alcançado 8% do referido valor				
22	Autenticação de documento:				
	a) por folha	1%			
23	Taxa de armazenagem a ser cobrada pelos Tribunais que possuam depósito próprio, por dia de atraso na retirada do bem:				
	a) por dia, até o 10º dia	5%			
	b) por dia, até o 20º dia	8%			
	c) por dia, a partir do 20º dia	2%			
24	Emolumentos				

9,50

SOMA

Cr\$

28,70

RESUMO

Valor da Condenação	Cr\$	
Custas da condenação	NCr\$	54,58
Honorários de perito	Cr\$	
Honorários de advogado	Cr\$	
Custas da execução	NCr\$	28,70
TOTAL	Cr\$	83,28

Maceió, 11 de dezembro de 1989


Diretor de Secretaria

T. R. T. — 6ª REGIÃO

D. F. M.

Reg. sob o n.º D- 771/89

Dist. a. — 1ª — JECJ

Maceió, 27/11/1989

DIRETOR D. F. M.



PROTOCOLO

07/89
02
466

PODER JUDICIÁRIO do Trabalho
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO
RECIFE

CARTA DE ORDEM EXPEDIDA PELO EXMº SR. JUIZ PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA SEXTA REGIÃO, MO SE SEGUE:

O EXMº SR. JUIZ JOSÉ GUEDES CORRÊA GONDIM FILHO, PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA SEXTA REGIÃO, em virtude da lei, etc....

FAZ SABER ao Exmº Sr. Juiz Presidente de uma das Juntas de Conciliação e Julgamento de Maceió-AL, que tramita neste E. Regional um Dissídio Coletivo nº TRT-DC-36/89, entre partes: SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE PANIFICAÇÃO E CONFEITARIA, TRIGO, MILHO, SOJA, MANDIOCA, MOAGEM DE CAFÉ, INDÚSTRIA DE MASSAS ALIMENTÍCIAS E BISCOITOS NO ESTADO DE ALAGOAS, suscitante e SINDICATO DA INDÚSTRIA DO TRIGO, MILHO, TERREIÇÃO, E MOAGEM DE CAFÉ DE MACEIÓ, suscitado, no qual foi exarado pelo Exmº Sr. Juiz Vice Presidente no exercício da Presidência do TRT da Sexta Região, o seguinte despacho:

set. DC-36/89

Carta de Ordem

"À execução. Recife, 19.09.89. as) Francisco Fausto Paula de Medeiros-Juiz Vice Presidente no exercício da Presidência do TRT da Sexta Região#.

VO. DA MOCIMÃO 25/09/89

Pelo que se passa a presente, a fim de que V. Exa. neo la exarando o seu respeitável "CUMpra-SE", faça citar o Sindicato suscitado, à Av. Fernandes Lima, 385-5º andar-Farol- Casa da Indústria-Maceió-AL, para pagar em quarenta e oito (48) horas, ou garantir a execução, a importância de NCZ\$ 54,58 (cinquenta e quatro cruzados novos e cinquenta e oito centavos), referente às custas processuais, incluídas as custas de execução

Caso não pague no prazo supra, proceda-se à execução com as cautelas legais.

Dada e passada nesta cidade do Recife-PE, aos 17 dias do mês de NOVENBRO de 1989.

Eu, Clóvis Valença Alves Filho, diretor da Secretaria Judiciária, fiz datilografar a presente, que vai assinada pelo EXMº Sr. Juiz Presidente.

JOSÉ GUEDES CORRÊA GONDIM FILHO
Presidente do TRT da Sexta Região.

06

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Carta de Ordem

Juiz Presidente de uma das JCS's de Maceió

Av. Dr. Moreira e Silva, 863

Maceió-AL

87.050

Carta de Ordem

Ref. DC-36/89



12358/06

557/89



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

1ª JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE Maceió/AL

EXECUÇÃO

MANDADO DE CITAÇÃO, Penhora e Avaliação para

de CARTA DE ORDEM na forma abaixo:

À DOUTORA LIANA CABRAL

do Trabalho, Presidente da 1ª Junta de Conciliação e Julgamento
de Maceió/AL

Mando ao Oficial de Justiça Avaliador desta Junta, que à vista do presente
mandado passado a favor de FAZENDA PÚBLICA FEDERAL

em seu cumprimento, cite a SINDICATO
DA IND. DE TRIGO, MILHO, TORREÇA, domiciliado à Av. Fernandes Lima, n.
CÃO E MOAGEM DE CAFÉ DE MACEIÓ Lima, 385 - 5º Andar Farol-
para pagar, em quarenta e oito
Casa da Indústria - Maceió/AL
horas, ou garantir a execução, sob pena de penhora, a quantia de

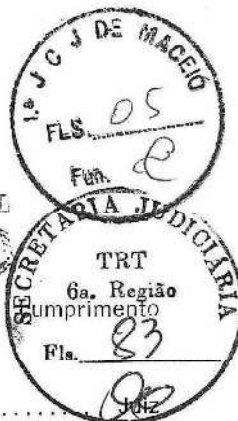
R\$ 83,28 (oitenta e três cruzados novos, vinte e oito),
(centavos)
correspondente ao principal, acessórios e custas, estas no valor de

R\$ 83,28 (oitenta e três cruzados novos, vinte e oito),
(centavos)
inclusive impresso, devida nos termos dos termos do despacho

no processo n.º JCJ...Carta de Ordem...07/89
cuja(s) conclusão(ões) é (são) a(s) seguinte(s): Cumpra-se. Maceió, 19 de

12 de 1989 as) Liana Cabral -
Juíza do Trabalho"

Recbi em
22.12.89
Procurador



Caso não pago, nem garantia a execução, no prazo supra proceda à penhora em tantos bens quantos bastem para integral pagamento da dívida, procedendo à respectiva avaliação. O QUE CUMPRIRÁ, na forma da lei. Dado e passado nesta cidade d. e Maceió aos 10 dias do mês dezembro do ano de 19. 89.

Eu,
datilografei. E eu, Mabel Rôsa Cavalcanti Silva., Diretor de Secretaria, subscrevi.

.....
Juiz Presidente

Liana Cabral



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

1ª JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE Maceió.....

AUTO DE PENHORA E AVALIAÇÃO

Proc. n.º Carta de Ordem 07./89



Aos 28 dias do mês de março do ano, de mil novecentos e noventa, no Av. Fernandes Lima-385-5º andar-F. rel n.º, em cumprimento ao mandado expedido pelo MM. Dr. Juiz Presidente da 1ª Junta de Conciliação e Julgamento de Maceió, na execução n.º 557/89, movida por Fazenda Pública Federal contra Sindicato da Ind. de Trigo, Milho Torrefação e Moagem de Café de Maceió para a cobrança da dívida de Cr\$ 83,28 (oitenta e três cruzados novos e vinte e oito centavos.)

procedi à PENHORA E AVALIAÇÃO dos bens a seguir enumerados:

Cr\$

1) Diário do uso da linha telefônica de N.º 825-8288 e os pesos que pesavam sobre a mesma

150.000,00

Valor Total Cr\$ 150.000,00

(cent e cinquenta mil cruzeiros)

Tudo para garantia da dívida referida no mandado, juros do mora, custas e demais despesas judiciais, até o final. E para constar, eu, abaixo assinado, Oficial de Justiça Avaliador, lavrei o presente auto, que assino.

Ressalvas:

pro. José Lessa dos Santos
OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR

José Lessa dos Santos.

AUTO DE DEPÓSITO

Aos dias do mês de do ano de mil novecentos e feita a penhora de que trata o auto retro, dela assumiu o encargo de depositário o Sr.
(nacionalidade), (estado civil), (profissão)
residente n
(documento de identificação)
o qual como FIEL DEPOSITÁRIO, se obriga, sob as penas da lei, a não abrir mão dos bens penhorados, sem autorização expressa do MM. Dr. Juiz Presidente da Junta de Conciliação e Julgamento d

E, para constar, eu, Oficial de Justiça Avaliador, lavro o presente auto, que assino com o depositário.

.....
OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR

.....
DEPOSITÁRIO

CIÊNCIA DA PENHORA E AVALIAÇÃO

Aos 28 dias do mês de março do ano de mil novecentos e noventa, dei ciência da penhora executada, na pessoa do Sr. João
Hélio Barbosa Lima, o qual de tudo ficou ciente, inclusive de que tem o prazo de cinco dias para embargá-la, recebendo a contra fé.

Do que, para constar, lavro a presente certidão, que assino.

.....
OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR

José Lessa dos Santos.

TÉRMO DE RECOLHIMENTO

Nesta data, recolho o presente mandado à MM. 1.ª Junta de Conciliação e Julgamento d e Maceio

Maceio, 28 de março de 1992

.....
OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR



PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

.....JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO.....



Fun. 0



CERTIDÃO

CERTIFICO que, até a presente data, não foram interpostos quaisquer recursos.

Maçes 03/04/1990

[Signature]
DIRETOR DE SECRETARIA

CONCLUSÃO

Nesta data, faço estes autos conclusos ao Sr. Juiz Presidente.

Maçes 03/04/1990

[Signature]
DIRETOR DE SECRETARIA

- Oficie-se à 1ª Vara.

Processo J. C. J. n.º 07/89.

Julgo perfeita a avaliação

Expede-se edital de praça, com o pra-

zo de 1 ano, intimando-se os inte-

ressados para comparecerem à audiência

de serviços.

Maçes 03 de 04 de 90

[Signature]
J. S. de Trabalho

Certifico que foram designados
os dias 06/08/90 e 07/08/90
às 14 hrs para realização das 1^a
e 2^a provas, respectivamente.
Macedô. 03/04/90


Diretor da Secretaria

[Faint, mostly illegible text, possibly a stamp or administrative note]

[Faint, mostly illegible text at the bottom of the page]



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

1ª JUNTADA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO D...e...Maceió

Sindicato da Indústria do Trigo, milho, Torrefação e
Moagem de Café de Maceió.

Av. Fernandes Lima, nº 385, 5º andar, Farol.

Maceió-AL.

CEP. 57.050.

ANOTAÇÕES DO SERVIDOR DO CORREIO

Não sendo encontrado o destinatário, ou no caso de recusa do recebimento, fica o correio obrigado,
sob pena de responsabilidade do servidor, a devolver esta no prazo de 48 horas, tudo na forma da lei
— Parágrafo único do Artigo 774 da G. L. T.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

.....1ª JUNTADA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTOde Maceió

Of. 1ª JCJ nº 190/90

Maceió, 08 de maio de 1990



Do: Exmº Sr. Juiz Presidente da 1ª JCJ de Maceió

Ao: Ilmº Sr. Presidente da TELA SA

Senhor Presidente,

Pelo presente, comunico a V.Sa. que foi penhora da a linha telefônica de nº 221-8288 e suas respectivas ações, para garantia da execução movida na Carta de Ordem nº 07/89 entre partes: Sind. dos Trab. nas Ind. de Pauf. e Conf. Trigo, Milho, soja, Mandioca, moagem de café, Indústria de Massas Alimentícias-Suscitante e Sind. da Indústria do Trigo, Milho Torrefação e Moagem de Café de Maceió-suscitado.

Outrossim, a fim de evitar incidência de débito sobre o bem penhorado ou transferência de linha, solicito seja desligado o telefone em apreço, comunicando a este juízo a execução da medida.

Ao ensejo, reitero a V.Sa. meus protestos de consideração e apreço.


Rubem Monteiro de Figueiredo Angelo
Juiz do Trabalho.



h-6-90
s/official Justice

14

12

13

11

10

10



PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

1ª JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO de Maceió

PROCESSO Nº C.O. 07/89

TRT

EDITAL DE PRAÇA, com o prazo de vinte dias, para venda

a arrematação dos bens penhorados na execução movida por
Sind. dos Trab. nas Ind. de Panf. e Conf. T. M.S.
M. Moagem de Café e Ind. Alimentícias contra Sind. da Indus-
tria do Trig. M. Torrf. e Moagem de com endereço à Av. Fernandes
Café de Maceió/Lima, nº 385, 5º andar, Farol

O Doutor Rubem Monteiro de Figueiredo Ângelo

Juiz Presidente da 1ª Junta de Concili-
ação e Julgamento de Maceió

FAZ SABER que, no dia 17 do mês de agosto do
ano de 1990 às 14:55 horas, na sede desta Junta, na Av. Moreira
e Silva, nº 863, Farol, serão levados à público
pregão de venda e arrematação pelo maior lance, os bens penhorados
na execução supra referida, que se encontram Av. Fernandes Lima,
nº 385, 5º andar, Farol, e são os seguintes:

- Direito de uso da linha telefonica de nº 221-8288 e as
ações que incidirem sobre a mesma.

A avaliação importa em Cr\$ 150.000,00 (Cento e Cin-
quenta mil cruzeiros)

O arrematante deverá garantir o lance com o sinal de vinte
por cento do seu valor. Não havendo licitante fica de logo desig-
nado o dia 17/08/90 às 14:55 hs para a 2ª Praça.
O presente edital será publicado

Diário Oficial e afixado no lugar de costume, na sede desta
Junta, na Av. Moreira e Silva, nº 863, Farol

Eu Sonia Valdez Santos
datilografei. E eu Mabel Rose Cavalcanti Silva

Diretor de Secretaria, subscrevi.

JUIZ PRESIDENTE

CERTIFICO que nesta data o
 Diário Oficial do Estado publicou a pág. 25
 o edital de Prava N.º ~
 Macaé, 5 de Junho de 1990

 Chefe de Secretaria

JUNTADA

Nesta data, foram juntados os autos
 do reg. n.º 3941/90
 Macaé, 15 de 08 de 1990

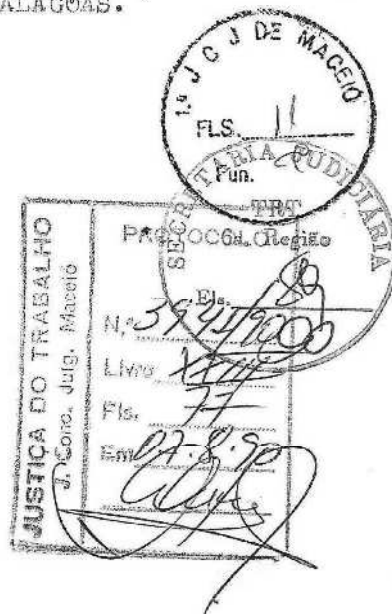
 Chefe de Secretaria

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ PRESIDENTE DA PRIMEIRA JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE MACEIÓ - ESTADO DE ALAGOAS.

NOS AUTOS. *Conclusos.*

Maceió, 15 de 8 de 1990

[Assinatura]
Juiz do Trabalho



O Sindicato da Indústria do Trigo, Milho, Torrefação e Moagem de Café de Maceió, qualificado no Processo nº 557/89, (C.O. nº 07/89), vem, por seu advogado subassinado, exor e requerer o que se segue:

Em 22 de junho de 1990, após citado na execução em apreço, o ora Requerente juntou aos autos comprovação do pagamento do débito exequendo, conforme cópia anexa, requerendo, inclusive, a extinção do feito.

Por razões desconhecidas (provavelmente acúmulo de serviço), não foi feita a juntada devidamente. Esse fato, alheio à ação correta do Executado, ocasionou a realização da praça no dia designado, não havendo, contudo licitante, que ensejou a designação da segunda praça.

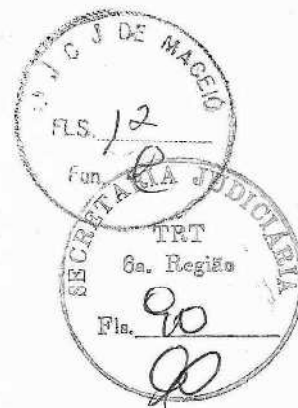
Ao tempo em que acosta os documentos comprobatórios do recolhimento das custas executadas, vem, reiterar o pedido de extinção do processo, inclusive liberação do bem alvo do gravame judicial por ser de direito, após cumpridas as formalidades legais.

Nestes Termos,
Pede Deferimento.

Maceió, 07 de agosto de 1990.

[Assinatura]
RICARDO DE ALBUQUERQUE TENORIO
Advogado - OAB/AL nº 1771

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ PRESIDENTE DA 1ª JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE MACEIÓ - ESTADO DE ALAGOAS.

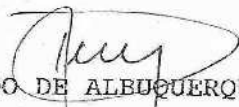


O Sindicato da Indústria de Trigo, Milho, Torrefação e Moagem de Café de Maceió, qualificado no processo de Execução nº 557/89, promovido pela Fazenda Pública Federal, em tramitação nessa MM. Junta, vem, por seu advogado subassinado, requerer a juntada das Guias DARF anexas, comprovantes do pagamento do débito exequendo, ao tempo em que requer seja liberado do gravame da penhora o direito de uso da linha telefônica 221-8288, expedindo-se o competente mandado para esse fim. Requer, por fim, tudo devidamente cumprido, seja extinto o feito, por ser de direito.

Nestes Termos,

Pede Deferimento.

Maceió, 19 de junho de 1990.


RICARDO DE ALBUQUERQUE TENORIO
Advogado - OAB/AL nº 1771

 MINISTÉRIO DA FAZENDA Documento de Arrecadação de Receitas Federais-DARF		DE Nº AUTOMÁTICO PUBLICADO NO DIA 18.06.1990 12.578.670.001.97 CUPOM DE VALOR DE RECEITA DE 723,26 EM 18.06.1990 NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CPF/ISS		2 02 DA RECEITA 18.06.1990 E OBRIGATÓRIO O PREENCHIMENTO CORRETO DO CÓDIGO DA RECEITA - CAMPO 08	
IMPORTANTE É INDISPENSÁVEL O CORRETO E LEGÍVEL PREENCHIMENTO DO NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CPF/ISS		03 DA RECEITA Exc. nº 557/89-1 JGJ 07 RECEITAS		08 CÓDIGO DA RECEITA 1505	
04 PERÍODO 1990 05 PERÍODO DE APLICAÇÃO 06 PARA USO DO PROCESSAMENTO		09 VALOR DA RECEITA 723,26		10 VALOR DA CORREÇÃO MONETÁRIA	
11 VALOR DA MULTA		12 VALOR DOS JUROS DE MORA		13 VALOR TOTAL 723,26	
14 VALOR TOTAL		15 VALOR TOTAL		16 VALOR TOTAL	
17 VALOR TOTAL		18 VALOR TOTAL		19 VALOR TOTAL	
20 VALOR TOTAL		21 VALOR TOTAL		22 VALOR TOTAL	
23 VALOR TOTAL		24 VALOR TOTAL		25 VALOR TOTAL	
26 VALOR TOTAL		27 VALOR TOTAL		28 VALOR TOTAL	
29 VALOR TOTAL		30 VALOR TOTAL		31 VALOR TOTAL	
32 VALOR TOTAL		33 VALOR TOTAL		34 VALOR TOTAL	
35 VALOR TOTAL		36 VALOR TOTAL		37 VALOR TOTAL	
38 VALOR TOTAL		39 VALOR TOTAL		40 VALOR TOTAL	
41 VALOR TOTAL		42 VALOR TOTAL		43 VALOR TOTAL	
44 VALOR TOTAL		45 VALOR TOTAL		46 VALOR TOTAL	
47 VALOR TOTAL		48 VALOR TOTAL		49 VALOR TOTAL	
50 VALOR TOTAL		51 VALOR TOTAL		52 VALOR TOTAL	
53 VALOR TOTAL		54 VALOR TOTAL		55 VALOR TOTAL	
56 VALOR TOTAL		57 VALOR TOTAL		58 VALOR TOTAL	
59 VALOR TOTAL		60 VALOR TOTAL		61 VALOR TOTAL	
62 VALOR TOTAL		63 VALOR TOTAL		64 VALOR TOTAL	
65 VALOR TOTAL		66 VALOR TOTAL		67 VALOR TOTAL	
68 VALOR TOTAL		69 VALOR TOTAL		70 VALOR TOTAL	
71 VALOR TOTAL		72 VALOR TOTAL		73 VALOR TOTAL	
74 VALOR TOTAL		75 VALOR TOTAL		76 VALOR TOTAL	
77 VALOR TOTAL		78 VALOR TOTAL		79 VALOR TOTAL	
80 VALOR TOTAL		81 VALOR TOTAL		82 VALOR TOTAL	
83 VALOR TOTAL		84 VALOR TOTAL		85 VALOR TOTAL	
86 VALOR TOTAL		87 VALOR TOTAL		88 VALOR TOTAL	
89 VALOR TOTAL		90 VALOR TOTAL		91 VALOR TOTAL	
92 VALOR TOTAL		93 VALOR TOTAL		94 VALOR TOTAL	
95 VALOR TOTAL		96 VALOR TOTAL		97 VALOR TOTAL	
98 VALOR TOTAL		99 VALOR TOTAL		100 VALOR TOTAL	

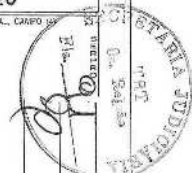
1. ASSINE
 2. OUTRAS INFORMAÇÕES PRESTADAS EM INSTRUÇÕES
 3. Moagem de Café de Maceio.
 4. Exequente: Fazenda Pública Federal
 5. Custas Processuais

EM CASO DE DÚVIDA
 SOBRE O PREENCHIMENTO DO DARF
 PROCURE O ÓRGÃO
 DA SECRETARIA DA
 RECEITA FEDERAL

1. AJUNTAR TODAS AS COPIAS DO DARF NAS 24 HORAS (CORRER O VALOR TOTAL, CAMPO 08)

COPIA PARA O DEPARTAMENTO DE RECEITAS DO MINISTÉRIO DA FAZENDA Nº 236 - Av. Duque de Caxias, 150 - 20090-900 - Rio de Janeiro - RJ - Tel. (21) 250-4100

PODER JUDICIÁRIO
 JUSTIÇA DO TRABALHO
 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5ª REGIÃO





TELECOMUNICAÇÕES DE ALAGOAS S/A - TELASA

Sede - Rua Joaquim Távora, 320 - Maceió - CEP. 57.000 - C.G.C. 12.286.423/0001-07
Fones: (DDD) 082 — PABX 105

CT.813/1300/203/90.ASJ.

Maceió, 22 de junho de 1990.

R.H.
NOS AUTOS. de conclusão.

Maceió 20 de 8 de 1990

Rubem Monteiro de Figueiredo
Juiz do Trabalho

SECRETARIA JUDICIAL
TRT
6a. Região
PROTOCOLO
Fls. 92
Nº 3103/90
Livro XVIII
Fls. 55
Em 27.6.90
JUSTIÇA DO TRABALHO
J. Conc. Jug. Maceió

Exmo.Sr.

Dr.Rubem Monteiro de Figueiredo Ângelo

MM.Juiz Presidente da 1a Junta de Conciliação e Julgamento

NESTA

Reportando-nos ao ofício nº 190, de 08/05/90, informamos que deixamos de proceder a averbação da penhora e ao bloqueio do direito de uso da linha telefônica nº 221-8288, em virtude do mesmo se encontrar registrado nesta Empresa em nome de Federação das Ind. Est. de Alagoas e não em nome de Sind. da Indústria do Trigo, Milho, Torrefação e Moagem de Café de Maceió, conforme consta no mencionado ofício.

Sendo o que se apresenta para oportunidade, subscrevemo-nos.

Atenciosamente.

Luiz Lima Verde
Luiz Lima Verde
Assessor Jurídico





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

1ª JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO de Maceió

TERMO DE PRAÇA

~~ATA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO~~ DE RECLAMAÇÃO N.º



Aos 06 dias do mês de agosto do ano de mil novecentos e noventa e seis às 14:55 horas, estando aberta a audiência da 1ª Junta de Conciliação e Julgamento desta Cidade, na sala respectiva, na Av. Moreira e Silva, 863-Farol com a presença do Sr. Presidente, Dr. Rubem Monteiro de Figueiredo Ângelo e do Oficial de Justiça Avaliador, Sr. José Lessa dos Santos foram, por ordem do Sr. Presidente, apregoados os litigantes, Sind. dos Trab. Nas Ind. de P. C. M. S. M. M. de C., Industria de Massas Alimentícias reclamante e Sindicato da Indústria do Trigo, Melho, Torrefação e Moagem de Café de Maceió reclamado. Ausentes os litigantes. A seguir, determinou o Sr. Juiz que o Oficial de Justiça puzesse em Praça o bem penhorado e constante do Auto de Penhora e Avaliação de fls.06. Depois de apregoar por longo espaço de tempo, declarou o Sr. Oficial de Justiça que não houve qualquer licitante. Assim sendo, determinou o Sr. Juiz, que fôsse marcada uma segunda Praça para o dia 17/08/89 às 14:55 hrs., conforme Edital de Praça publicado na Imprensa Oficial e afixado na sede desta Junta. Do que, para constar, foi lavrado o presente termo de Praça, que vai devidamente assinado pelo Dr. Juiz, pelo Oficial de Justiça e por mim subscrito.

JUIZ DO TRABALHO

OFICIAL DE JUSTIÇA

DIRETORA DE SECRETARIA

CONCLUSÃO

Nesta data, faço ~~as~~ presentes au-
tos conclusos ao Exm. Sr. Juiz Presi-
dente desta Juiz.

Maceió, 4.º febre 05/09/90

[Assinatura]
Diretor de Secretaria
L. 2.232 de 1954 - A4

Devolvam-se os autos ao
Egrégio TRT da 6ª Região.
Maceió, 5.9.90

[Assinatura]
Juiz Presidente

REMESSA

Nesta data faço remessa destes autos

ao S. J. _____

Recife, 18 de 09 de 1990

[Assinatura]
Diretor de S. C. P.

Recebido em	18/09/90
Às 18:45	horas
Do (a)	SPD
<i>[Assinatura]</i> Secretaria Judiciária	



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

COMISSÃO DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO D.E. Maceió



PROC. C.O. nº 07/09

Destinatário: Sind. da Indústria de Trigo, Milho, Torrefação e Moagem de Café de Maceió-AL

Endereço: Av. Fernandes Lima, nº 385, 5º andar, Farol.

Através da presente, fica V. Sa., notificado para o fim declarado no item 03...

- ☐ — 01 — Apresentar artigos de liquidação
- ☐ — 02 — Assinar termo de compromisso, como perito
- ☒ — 03 — Ciência de decisão (cópia anexa).
- ☐ — 04 — Ciência de despacho
- ☐ — 05 — Comparecer à audiência do dia.../...às...horas
- ☐ — 06 — Comparecer à Secretaria para
- ☐ — 07 — Comprovar depósito
- ☐ — 08 — Contestar artigos de liquidação
- ☐ — 09 — Contra arrazoar recurso ordinário
- ☐ — 10 — Contra arrazoar Agravo instrumento petição
- ☐ — 11 — Depositar NCz\$...referente
- ☐ — 12 — Entregar Receber as guias do FGTS.
- ☐ — 13 — Entregar laudo pericial
- ☐ — 14 — Falar sobre
- ☐ — 15 — Fornecer endereço
- ☐ — 16 — Impugnar embargos à Penhora de terceiros
- ☐ — 17 — Prestar depoimento, como testemunha: dia.../...às...horas. A ausência importará na aplicação da multa até um salário mínimo além de condução coercitiva.
- ☐ — 18 — Receber guias, na Secretaria, para recolhimento de custas no valor de NCz\$
- ☐ — 19 — OBS.: suscitante: Sind. dos Trab. nas Ind. de Panf. e Conf. Trigo, milho, soja, mandioca, moagem de café, Ind. de Massas Alimentícias.

Prazo...Pena...
Em 09 / 05 / 90

p/ Diretor de Secretaria

↓
V



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
FORUM QUINTELA CAVALCANTI
MACEIÓ-AL



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

1ª JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO d...e Maceió

Sindicato da Indústria do Trigo, milho, Torrefação e
Moagem de Café de Maceió.

Av. Fernandes Lima, nº 385, 5º andar, Farol.

Maceió-AL.

CEP. 57.050.

788554/25



ANOTAÇÕES DO SERVIDOR DO CORREIO

Não sendo encontrado o destinatário, ou no caso de recusa do recebimento, fica o correio obrigado,
sob pena de responsabilidade do servidor, a devolver esta no prazo de 48 horas, tudo na forma da lei
— Parágrafo único do Artigo 774 da C. L. T.

Cláudio
21/5



PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

1ª JUNTADA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO de Maceió



PROCESSO Nº 0.0.0.07/90

EDITAL DE PRAÇA, com o prazo de vinte dias, para venda

e arrematação dos bens penhorados na execução movida por
Sind. dos Trab. nas Ind. de Panf. e Conf. T. M. S.
M. Moagem de Café e Ind. Alimentícias contra Sind. da Indús-
tria do Trig. M. Torrf. e Moagem de com endereço a Av. Fernandes
Café de Maceió/Lima, nº 385, 5º andar, Farol na forma abaixo:

O Doutor Rubem Monteiro de Figueiredo Ângelo
Juiz Presidente da 1ª Junta de Concili-
ação e Julgamento de Maceió

FAZ SABER que, no dia 17 do mês de agosto do
ano de, 1990 às 14:55 horas, na sede desta Junta, na Av. Moreira
e Silva, nº 863, Farol, serão levados à público
pregão de venda e arrematação pelo maior lance, os bens penhorados
na execução supra referida, que se encontram Av. Fernandes Lima,
nº 385, 5º andar, Farol, e são os seguintes:

- Direito de uso da linha telefonica de nº 221-8288 e as
ações que incidirem sobre a mesma.

A avaliação importa em Cr\$ 150.000,00 (Cento e Cin-
quenta mil cruzeiros)

O arrematante deverá garantir o lance com o sinal de vinte
por cento do seu valor. Não havendo licitante fica de logo desig-
nado o dia 17/08/90 às 14:55 hs para a 2ª Praça.
O presente edital será publicado

Diário Oficial e afixado no lugar de costume, na sede desta
Junta, na Av. Moreira e Silva, nº 863, Farol
Eu, Sonia Valdez Santos *Sonia Valdez Santos*
datilografei. E eu, Mabel Rose Cavalcanti Silva *Mabel Rose Cavalcanti Silva*
Diretor de Secretaria, subscrevi.

JUIZ PRESIDENTE



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO



1ª JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO de Maceió

TERMO DE PRAÇA

~~NOTA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO~~ RECLAMAÇÃO N.º 96 de Ordem
07/89

Aos 06 dias do mês de agosto do ano de mil novecentos e noventa e cinco às 14:55 horas, estando aberta a audiência da 1ª Junta de Conciliação e Julgamento desta Cidade, na sala respectiva, na Av. Moreira e Silva, 863-Farol com a presença do Sr. Presidente, Dr. Rubem Monteiro de Figueiredo Ângelo e do Oficial de Justiça Avaliador, Sr. José Lessa dos Santos foram, por ordem do Sr. Presidente, apregoados os litigantes, Sind. dos Trab. Nas Ind. de P. C. M. S. M. de C., Indústria de Massas Alimentícias reclamante e Sindicato da Indústria do Trigo, Melho, Torrefação e Moagem de Café de Maceió reclamado. Ausentes os litigantes. A seguir, determinou o Sr. Juiz que o Oficial de Justiça puzesse em Praça o bem penhorado e constante do Auto de Penhora e Avaliação de fls.06. Depois de apregoar por longo espaço de tempo, declarou o Sr. Oficial de Justiça que não houve qualquer licitante. Assim sendo, determinou o Sr. Juiz, que fôsse marcada uma segunda Praça para o dia 17/08/89 às 14:55 hrs., conforme Edital de Praça publicado na Imprensa Oficial e afixado na sede desta Junta. Do que, para constar, foi lavrado o presente termo de Praça, que vai devidamente assinado pelo Dr. Juiz, pelo Oficial de Justiça e por mim subscrito.

JUIZ DO TRABALHO

OFFICIAL DE JUSTIÇA

DIRETORA DE SECRETARIA



PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

1ª JUNTADA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO de Macaé

PROCESSO Nº 9.999.999/99

EDITAL DE PRAÇA, com o prazo de vinte dias, para venda

e arrematação dos bens penhorados na execução movida por
Sind. dos Trab. nas Ind. de Conf. e Conf. T. M.S.
M. Moagem de Café e Ind. Alimentícias contra Sind. da Indústria do Trigo, M. Torref. e Moagem de com endereço à Av. Fernandes Café de Macaé/Lima, nº 385, 5º andar, Parol na forma abaixo:

O Doutor Rubez Monteiro de Figueiredo Angelo

Juiz Presidente da 1ª Junta de Conciliação e Julgamento de Macaé

FAZ SABER que, no dia 17 do mês de agosto do ano de 1990 às 14:55 horas, na sede desta Junta, na Av. Moreira e Silva, nº 363, Parol, serão levados à público pregão de venda e arrematação pelo maior lance, os bens penhorados na execução supra referida, que se encontram Av. Fernandes Lima, nº 385, 5º andar, Parol, e são os seguintes:

- Direito de uso da linha telefônica de nº 221-8268 e as ações que incidiram sobre as mesmas.

A avaliação importa em Cr\$ 150.000,00 (Cento e Cinquenta mil cruzeiros)

O arrematante deverá garantir o lance com o sinal de vinte por cento do seu valor. Não havendo licitante fica de logo desligado o dia 17/08/90 às 14:55 hs para a 2ª Praça.

O presente edital será publicado

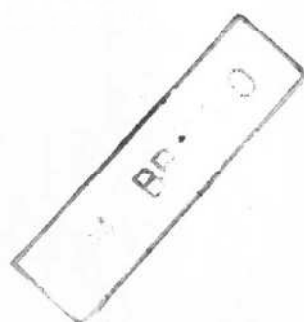
Diário Oficial e afixado no lugar de costume, na sede desta Junta, na Av. Moreira e Silva, nº 363, Parol

Eu, Sonia Valdez Santos

datilografei. E eu, Nabel Rose Cavalcanti Silva

Diretor de Secretaria, subscrevi.

JUIZ PRESIDENTE





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6.ª REGIÃO

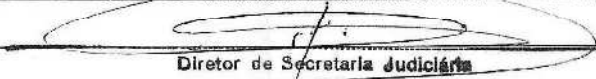


CONCLUSÃO

Nesta data, faço estes autos conclusos ao

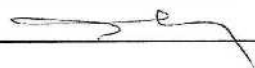
Sr Juiz PRESIDENTE

Recife, 25 de setembro de 1990


Diretor de Secretaria Judiciária

Arquive-se.

Recife, 11/10/90


Danton Lyra

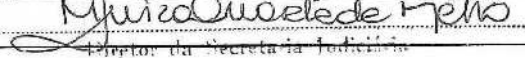
Presidente do TRT 6ª Região

REMESSA

Nesta data, faço remessa do presente processo

ao(a) Arquivo Geral

Recife, 12 de outubro de 1990


Diretor da Secretaria Judiciária